



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras
Modalidade à Distância

Morfologia

Profa. Maria Cristina Figueiredo Silva

Florianópolis
Abril de 2009

Sumário

1	Introdução à morfologia	3
1.1	O que é morfologia?	3
1.1.1	Introdução	3
1.1.2	Algumas definições	6
1.2	Problemas morfológicos	12
1.2.1	A noção de alomorfia	12
1.2.2	Classes de palavras	16
1.3	Conclusões e resumo do capítulo	23
2	Flexão	25
2.1	O que é flexão	25
2.2	Flexão nominal	30
2.2.1	A flexão de número	30
2.2.2	A flexão de gênero é mesmo flexão?	35
2.2.3	A suposta flexão de grau	40
2.3	Flexão verbal	44
2.3.1	A expressão de número e pessoa	48
2.3.2	A expressão de tempo e modo	49
2.3.3	Uma discussão breve sobre aspecto	51
2.4	Conclusões e resumo do capítulo	52
3	Derivação	55
3.1	O que é derivação?	55
3.2	Tipos de processos derivacionais	63
3.2.1	A derivação prefixal	65
3.2.2	A derivação sufixal	67
3.3	A estrutura interna das palavras	70
3.4	Conclusões e resumo do capítulo	72
4	Bibliografia	73
4.1	Leituras recomendadas	73
4.2	Bibliografia consultada	73

1 Introdução à morfologia

Objetivos do capítulo

1. mostrar ao aluno como a teoria lingüística constrói o conceito de palavra e de morfema;
2. apresentar ao graduando as definições necessárias para a discussão dos problemas clássicos da morfologia abordados no correr do estudo, como alomorfia e classe de palavras.

1.1 O que é morfologia?

1.1.1 Introdução ¹

As crianças ouvintes brasileiras tem uma brincadeira que consiste em descobrir qual é a palavra mais longa da língua. Você já pensou nisso em português ou em LIBRAS?

Bom, é preciso dizer que nem todo mundo sabe dizer qual é a maior palavra em português. Mas quem chutar *anticonstitucionalissimamente* tem grandes chances de acertar, é ou não é? Essa é uma palavra enormíssima!

Saber qual é a maior palavra de uma língua é uma informação que alguém deve dar a você, ou você deve ir fazer uma pesquisa no dicionário da língua. E pode ser que exista uma palavra ainda maior do que essa em português e a gente não saiba...

No entanto, mesmo quem não sabia que essa é (provavelmente) a palavra mais longa do português sabe que ela é uma palavra do português, para começar. Nenhum de nós confundiria uma palavra do português com uma palavra do russo ou do alemão, nem com algo como *alinoficapadelocarbote*, que não é palavra do português, ainda que não haja nada nela que nos diga imediatamente que ela não pertence à língua.

E sabemos ainda mais sobre as palavras que são efetivamente do português: elas são compostas por unidades menores. Prova disso é que reconhecemos “pedaços de palavras” nas palavras. Por exemplo, em *anticonstitucionalissimamente*, nós podemos reconhecer *anti-*, que aparece também em *anti-higiênico* ou em *antiaéreo*; reconhecemos também *-mente*, que aparece em *felizmente* ou *certamente*, e ainda diferenciamos este *-mente* de outros *mentes* que a língua apresenta. Bom, tem também uns pedaços que são mais difíceis de identificar, como *-al* (cadê ele no “palavrão” ali em cima?), que aparece em *circunstancial*, mas daí a gente vai ter alguma dúvida para dizer se esse *-al* é o mesmo que aparece em *laranja* ou em *festival*...

¹ Esta introdução se inspira fortemente na discussão que abre o livro de Andrew Spencer, *Morphological Theory*, editado em 1993 pela Blackwell.

Por enquanto, basta ver que pelo menos um bom número desses “pedaços de palavras” a gente é capaz de reconhecer, principalmente porque a gente sabe também onde procurar os “pedaços”: eles aparecem sempre numa certa ordem e ocupando um lugar mais ou menos fixo na palavra. Assim, nós podemos ir olhar um monte de palavras com *anti-* e podemos jurar que em todas elas *anti-* vai aparecer sempre no começo da palavra, jamais no final dela; do mesmo modo, podemos construir uma infinidade de palavras com *-mente*, e mais uma vez sabemos que *-mente* não vai aparecer nunca no início da palavra, só lá no finalzinho dela.

Vamos começar dando o nome pomposo de **morfema** para isso que estamos chamando de “pedaços de palavras”. Agora só falta a gente dizer o que é palavra, certo? Antes disso, porém, vamos pensar um pouco sobre este problema em LIBRAS.

Talvez essa pergunta – qual é a maior palavra de LIBRAS? – não seja pertinente e simplesmente não tenha graça brincar disso em LIBRAS. Mas o fato interessante é que de qualquer modo nenhum falante nativo de LIBRAS confundiria uma palavra grande ou pequena de LIBRAS com alguma palavra da ASL (*American Sign Language*, isto é, a língua de sinais norte-americana), por exemplo; e, sobretudo, nenhum falante nativo de LIBRAS pensaria que uma combinação aleatória de gestos pode resultar em uma palavra de LIBRAS, mesmo que os gestos sejam todos possíveis e existentes nessa língua.

O problema é que talvez não seja muito fácil em LIBRAS reconhecer “pedaços de palavras” dentro das palavras. Há pelo menos um caso em que isso parece ser possível: pense nos sinais que você utiliza quando quer falar DOIS MESES ou TRÊS MESES, por exemplo. O que se observa é que a configuração da mão é a única coisa que muda – mais precisamente, o número de dedos selecionados – mas o resto permanece igualzinho, certo? Ora, pode ser então que a configuração de mão nestes casos seja exatamente o “pedaço de palavra” a que estamos fazendo referência acima.

Mas é também possível que este não seja o caso mais freqüente em LIBRAS, isto é, pode ser que, para formar uma nova palavra a partir de uma palavra existente (por exemplo, um nome a partir de um verbo, ou um verbo a partir de um nome, como na relação entre SENTAR e CADEIRA), a maneira mais comum em LIBRAS não seja grudar ali outro pedaço de palavra diferente daquele que já está ali, como em português. Isso nos leva diretamente à questão que é título desta seção: o que é morfologia?

Para línguas orais como o português, parece bastante razoável concebermos a morfologia como a disciplina encarregada de explicar como juntamos pedaços de palavras para formar palavras; no entanto, mesmo para explicar o que se passa na constituição de palavras de línguas orais, essa definição de morfologia não é a única e talvez não seja também

a mais adequada. Para línguas como, por exemplo, o tagalogue (uma língua oral falada nas Filipinas), é mais adequado definir morfologia como a disciplina encarregada de explicar os processos que modificam uma palavra de forma a criar uma outra palavra. Nestas línguas, é comum, por exemplo, repetir alguma parte da palavra que está ali para criar outra palavra ou modificar esta palavra para adequá-la a certos contextos sintáticos, um fenômeno conhecido como **reduplicação**, exemplificado em (1) abaixo (extraído de Spencer, 1993:13):

- (1) Raiz (que tem um só morfema) *sulat* (escrev-)
Futuro: *susulat* (escreverei, escreverás,)

Parece que a melhor maneira de descrever o que acontece nessa língua é dizer que o futuro dos verbos se exprime com a repetição da primeira sílaba da raiz, e não com a adição de algum outro pedaço de palavra, como em português.

Em LIBRAS, é possível que aconteça algo muito semelhante em pares como:

- (2) a. TELEFONAR TELEFONE
b. SENTAR CADEIRA

Vamos explicitar mais esta questão muito interessante e que tem preocupado os morfólogos já há algum tempo: como a morfologia trabalha? A morfologia trabalha com “coisas”, mais especificamente grudando “pedaços de coisas” em outros “pedaços de coisas”? Ou a morfologia trabalha com processos, pegando uma coisa, aplicando algum tipo de regra a ela e obtendo como resultado uma outra coisa? Olhando para o português, estaríamos tentados a responder que a morfologia trabalha com coisas, porque as coisas e pedaços de coisas no português têm forma fixa, então é fácil dizer que coisas são essas – por exemplo, olhando a palavra *infelizmente*, é fácil ver as “coisas” *in-*, *feliz* e *-mente*; mas olhando para o tagalogue ou para LIBRAS, diríamos, ao contrário, que a morfologia trabalha com processos, porque não é possível dizer qual é o “pedaço de coisa” (um sinal específico ou parte de um sinal) que deve ser grudado, mas é possível dizer que uma certa parte da palavra (uma parte do sinal original) deve ser repetida.

Talvez nem seja necessário ir tão longe para ver um exemplo dessa definição menos convencional de morfologia – a morfologia trabalha com processos, não com coisas. Pense no que acontece com o par masculino/feminino do português em (3a) abaixo: a regra geral para formar o feminino de um nome (que nós ainda vamos estudar em detalhe, mas que sabemos

que se aplica a pares como *menino – menina*) não se aplica a este caso. Aqui, seria mais adequado falar que a formação do feminino se faz via um processo de abertura da vogal final, que transforma *-ô* em *-ó*, como mostramos em (3b):

- (3) a. avô – avó
b. *avô* (masculino) → <processo de abertura da vogal final> → *avó* (feminino).

Teremos a ocasião de discutir essas duas possibilidades de concepção da morfologia mais pra frente. Por enquanto, vamos trabalhar com a idéia mais tradicional, porque certos problemas morfológicos que vamos abordar a seguir se colocam para qualquer dessas duas visões.

LEITURA RECOMENDADA: capítulo 1 do Spencer (1993), que você encontra traduzido do inglês na mediateca, numa versão em .pdf, na seção de Morfologia.

1.1.2 Algumas definições²

Na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos, já foi mencionado que a definição de palavra é uma coisa mesmo muito complexa. Na verdade, o problema de definir o que é uma palavra tem atormentado os morfólogos por anos a fio. Como todos nós temos uma idéia intuitiva muito clara do que é palavra na nossa língua materna, seja ela português ou LIBRAS, fica parecendo que os morfólogos são bobos.

Mas não são não. Imagine que caiu um marciano na sua casa e que ele não conhece nenhuma língua humana (vocês estão conversando por telepatia). Imagine agora que você quer explicar a ele o que é uma palavra. Você pode dar muitos exemplos: *mesa, idéia, ensaboador, gritou*. E ele olhando pra sua cara. Tente então dar uma definição: palavra é o quê? Bom, se você consultar um livro de morfologia, aparece lá³:

² Esta seção do texto se inspira diretamente na discussão sobre o que é um vocábulo na obra de Mattoso Câmara Jr., de 1970, *Estrutura da língua portuguesa*, da Editora Vozes.

³ Os livros de morfologia e as gramáticas tradicionais podem apresentar definições muito diferentes. Por exemplo, na GT de Cunha e Cintra (2001:75) tem uma definição completamente diferente de palavra: "As palavras são, pois, unidades menores que a frase e maiores que o fonema".

Não é difícil ver que esta definição não define nada, porque uma palavra como "é" pode ser resposta a uma pergunta e por isso é também uma frase (a definição desta mesma gramática sobre o que é uma frase diz que "frase é um enunciado completo, a unidade mínima de comunicação"); e "é" é também um fonema, o que quer dizer que temos uma equação como: um fonema = uma palavra = uma frase.

Esta definição tem também outros problemas, como veremos a seguir na discussão sobre a definição de morfema destes gramáticos.

(4) Palavra é a menor unidade de som e sentido autônoma da língua

E daí o marciano pergunta: o que quer dizer “autônoma” aí? Marciano esperto esse! Entendeu rapidinho o que quer dizer “som” e “sentido” (ainda bem! Seria bem complicado explicar isso também para ele!), só empacou no “autônoma”.

Vamos dizer que “autônoma” quer dizer que, sozinha, a palavra pode ser resposta para uma pergunta. Essa é uma boa sugestão? Vamos ver:

(5) — Você encontrou a Maria?
— Felizmente!

(6) — Você comprou o quê?
— Pão.

(7) — Você gosta de doce?
— Adoro!

(8) — Quando o Pedro viajou?
— Ontem.

Repare que nem precisa ser resposta para uma pergunta, pode ser um comentário para outro comentário:

(9) — A Maria ficou de cama em casa.
— Coitada...

Todo mundo concorda que o que a gente usou como resposta ou comentário é palavra? Se sim, então a definição até aqui é boa! E observe que esta definição – palavra é a menor unidade de som e significado autônoma na língua – separa o que a gente tratou até aqui como “palavra” daquilo que a gente tratou como “pedaço de palavra”, isto é, separa palavra de morfema:

(10) — A Maria mandou o cheque pro Pedro.
— Certo / certamente / *-mente⁴

(11) — Você acha essa embalagem higiênica?
— *anti-.

⁴ Sempre que quisermos dizer que uma certa forma não é possível, vamos utilizar um asterisco na frente dela, como nos exemplos (10) e (11).

Bom, então a definição é boa mesmo, o marciano vai entender tudo de palavra e os morfólogos podem ir pegar uma praia.

No entanto, existem coisas que a gente gostaria de chamar de palavra que não se comportam dessa maneira: todo mundo concorda que *me* é palavra? Se sim, então tem um problema na definição:

- (12) — Quem é que o Pedro beijou na festa da Maria?
— Eu / **me* / o Pedro me beijou na festa da Maria.

Me não pode aparecer sozinho como resposta a uma pergunta ou comentário a um comentário; assim, não pode funcionar como um enunciado autônomo, que é o critério de base da nossa definição de palavra.

Bom, se *me* não é palavra, pode ser que seja um “pedaço de palavra”, como *anti-* ou *-mente*. Até aqui, a gente só tem dois conceitos: palavra e morfema; e se palavra é a menor unidade de som e sentido autônoma na língua, então um pedaço de palavra não é autônomo na língua, né? (Nós aqui estamos fazendo de conta que uma unidade da língua ou é palavra ou é morfema, desconsiderando o caso das palavras que são formadas por um único morfema, como *luz*; a gente vai discutir esses casos já já...).

Será que *me* é um morfema? Vamos ver: nós vimos que morfemas como *anti-* ou *-mente* têm uma característica especial, que é a de sempre aparecer em uma posição fixa dentro da palavra, ou no começo ou no final, mas não indiferentemente no começo ou no final da palavra, certo? E o que acontece com *me*?

- (13) a. A Maria me viu ontem
b. A Maria viu-me ontem

(13) nos mostra que *me* pode aparecer em duas posições diferentes com respeito ao verbo: em (13a) ele aparece antes do verbo, em (13b) aparece depois do verbo – essa frase (13b) soa meio estranha para nós brasileiros, mas ela é perfeitamente natural para os portugueses! Eles falam assim o tempo todo!

Se sabemos que elementos como *anti-* e *-mente*, que são pedaços de palavras mesmo, não podem mudar de lugar assim, então parece lógico dizer que *me* não é pedaço de palavra não, é palavra inteira mesmo...

E não é só *me* que se comporta assim: por exemplo, o *o*, aquele que aparece em sintagmas como *o menino*, também não é pedaço de palavra, por um lado, mas também não pode aparecer sozinho, por outro lado. *O* não muda de lugar como *me*, é verdade, mas repare o que acontece em (14) abaixo:

- (14) a. O filho da Maria é inteligente
b. O primeiro filho da Maria é inteligente

(14) nos mostra que entre *o* e *filho* é possível intercalar uma palavra inteirinha como *primeiro*, uma coisa que não é possível fazer com *anti-*:

- (15) a. Lei anticonstitucional
b. *anti- lei constitucional

Se (15b) que dizer alguma coisa, com certeza não é a mesma coisa que (15a), você concorda? Então parece que temos razão de achar que *me* e *o* são mesmo diferentes de *anti-* ou *-mente*...

Bom, uma solução para este problema é refinar a noção de “autonomia” que o nosso marciano não entendeu muito bem. A idéia é que, ao lado do critério que utilizamos levando em conta o “uso da língua” (isto é, poder ser resposta para perguntas ou comentário a um comentário), que parecia um bom critério para separar "palavras" de "pedaços de palavras", podemos colocar um outro critério, de cunho “formal” (quer dizer, que leve em conta propriedades de distribuição do elemento que dependem da forma dele – coisas como poder mudar de lugar ou aceitar a intercalação de outras palavras). Você se lembra que esta idéia de ir olhar um critério formal (ou sintático) já apareceu lá na disciplina de Introdução aos estudos lingüísticos quando se discutiu a estória do *pastor alemão*?

Vamos refinar certos conceitos que já foram apresentados lá e vamos falar assim: existem elementos que se comportam como **formas presas** na língua, pois sempre aparecem junto com outros elementos em ordenação fixa (por exemplo, *-mente* ou *anti-*); existem outros elementos que se comportam como **formas livres**, pois podem aparecer sozinhos como um enunciado completo (por exemplo *luz* ou *anticonstitucionalissimamente*); mas existem igualmente elementos que têm um comportamento intermediário, as **formas dependentes**, isto é, esses elementos não podem ser encarados como formas livres porque não podem jamais aparecer sozinhos como um enunciado completo, mas também não podem ser encarados como formas presas, pois se é verdade que eles sempre aparecem ligados a alguma

outra palavra, também é verdade que eles sempre têm alguma autonomia com relação a ela, porque mudam de lugar, por exemplo.

Você está percebendo que introduzimos uma nova tipologia das formas básicas de uma língua. A pergunta agora é como podemos incluir nessa nova tipologia (que comporta três tipos de elementos) a intuição que estava por trás da nossa primeira idéia sobre palavras, aquela que separava “palavra” de “pedaço de palavra”. Vamos tentar uma nova definição de palavra com base nessa tipologia?

(16) Palavra é a menor unidade de som e sentido que se comporta como uma forma livre ou como uma forma dependente.

E agora, será que o marciano já sabe o que é palavra? O marciano está coçando a cabeça, pensando no tipo de conseqüência que vai ter tudo isso que a gente está dizendo pra ele...

Vamos acalmar o marciano: que tipo de bicho é “palavra” segundo essa nossa nova definição? A gente sabe que existem formas livres que se constroem a partir de várias formas presas juntas (às vezes tem alguma forma livre também lá no meio), como *padeiro*, *anticonstitucionalissimamente* ou ainda *desmontável*. Tem também umas formas livres, sobretudo aquelas bem pequenininhas como *luz* ou *pá*, que aparentemente não comportam nenhum pedaço de palavra, elas são um bloco só; e finalmente tem as formas dependentes, que são átonas e que também parecem ser formadas de tal modo que não é possível identificar pedaços de palavras dentro delas, como o pronome oblíquo átono *te* ou o artigo definido *a*. Será que agora abarcamos tudo aquilo que gostaríamos de chamar de palavras e só aquilo? Vamos deixar essa pergunta pra ser respondida daqui a pouco...

Bom, esta definição de palavra que apresentamos em (16) é melhor do que a apresentada em (4), porque ela consegue incluir coisas que queremos chamar de palavras e que a definição em (4) não permitia – por exemplo, o artigo definido *o*. Mas observe que, colocando parte da nova tipologia de elementos na definição – formas livres e formas dependentes, no caso – agora temos um problema para definir morfemas, que antes definíamos como um “pedaço de palavra”. É verdade que numa boa parte dos casos, os pedaços de palavras (que eram os nossos morfemas) correspondem ao que na nossa classificação chamamos de formas presas, como *des-* em *desfazer* ou *-ção* em *destruição*. Mas se existem formas livres que são compostas por um só morfema, como *luz*, então morfema, além de ser pedaço de palavra, pode ser palavra também. Ih, complicou...

Será que tem algum problema a palavra ser um morfema? Estamos perguntando se tem problema a palavra ser também um pedaço de palavra. Como estamos insistindo que a palavra é a menor unidade de som e sentido com um certo comportamento, então fica meio estranha a estória de ter uma unidade menor do que ela e que pode funcionar como ela, é ou não é? E talvez existam ainda outros motivos pra gente ir mexer outra vez na definição de palavra, em especial nessa parte que fala de menor unidade. Quer ver por quê?

Vamos pegar um item como *contra*. Seria razoável pensar que se trata de uma forma presa em palavras como *contracheque* ou *contra-mão*. Mas parece que em frases como as de (17) abaixo, *contra* é de fato uma palavra:

- (17) a. O João votou contra a proposta do Pedro.
b. O João é do contra mesmo.

Bom, como isso é possível, então a definição de palavra que nós estamos montando até agora não consegue englobar todos os casos em que a nossa intuição de falantes nativos jura que estamos falando de palavras.

E só pra levantar mais um problema (mais um?), observe que existem palavras que uma hora são palavras sozinhas e outra hora são partes de palavras maiores, como *couve-flor*, em que a gente reconhece três palavras: *couve*, *flor* e *couve-flor*, certo? Essas são palavras da língua portuguesa e tem mais um montão de outras palavras assim na língua, não é?

Vamos então propor uma última versão do que é palavra e daí deixamos o marciano ir dormir um pouco porque ele deve ter ficado muito cansado com essa conversa comprida. Vamos lá:

- (18) Palavra é um conjunto de um ou mais morfemas, com som e sentido, que se comporta como forma livre ou como forma dependente na língua.

Agora ficou bom? Ficou, mas nós ainda devemos dizer direitinho o que é morfema:

- (19) Morfema é a menor unidade de som e sentido da língua ⁵.

⁵ A GT de Cunha e Cintra (2001: 75-76) apresenta uma definição muito semelhante a esta: "Existem, no entanto, unidades de som e conteúdo menores que as palavras. (...) A essas unidades significativas mínimas dá-se o nome de **morfema**." Mas agora você já pode ver qual é o outro problema que tem a definição de palavra que estes gramáticos deram: eles disseram que a palavra é maior que o fonema e menor que a frase, mas o morfema também é maior que o fonema e menor que a frase, certo? E pior: agora eles dizem que o morfema é menor que

Você reparou na jogada? Nós deixamos o morfema ficar com a parte da menor unidade e a palavra ficou com a parte de ser autônoma (ou relativamente autônoma), nos termos da nossa tipologia. Parece boa essa definição pra você? Ela tem uma vantagem inegável: ela não obriga os morfemas a serem sempre formas presas, né?

O nosso estudo vai indo muito bem. Já conseguimos montar uma definição de palavra para o português – foi meio complicado, é verdade, mas parece que tudo o que a intuição de um falante nativo do português classificaria como palavra a nossa definição prevê que seja palavra mesmo. E nós demos também uma definição de morfema, que vai ser útil para o nosso estudo da estrutura das palavras.

Mais pra frente no curso você poderá fazer esta discussão na sua língua materna, LIBRAS. Mas você já pode ir pensando no assunto. Será que faz sentido pensar em morfemas como entidades diferentes de palavras em LIBRAS? Com respeito ao português, vimos que esta distinção só é pertinente porque temos formas presas que nunca aparecem como palavras isoladas nessa língua. E em LIBRAS, existem formas presas do mesmo tipo?

LEITURA RECOMENDADA: Basílio (2004): "Dissecando a palavra", p.13-18.

1.2 Problemas morfológicos

1.2.1 A noção de alomorfia

O nosso marciano não é exatamente um teórico da morfologia e portanto essas discussões sobre qual é a melhor definição de palavra ou de morfema não são muito interessantes para ele. Ele quer mesmo é aprender a falar uma língua humana, quer entender o que os humanos estão falando por meio de sons ou sinais. E ele está muito preocupado agora porque ele notou uma coisa muito engraçada: ele está observando que os morfemas (e, por conseguinte, as palavras) nem sempre têm a mesma forma, de modo que nem sempre é possível identificar o mesmo morfema nos seus diversos contextos de uso.

a palavra, mas já vimos que existem palavras formadas por um só morfema, como *luz*, e assim, neste caso pelo menos, palavra = morfema! Você já percebeu que tentar definir "palavra" ou "morfema" usando a idéia de tamanho não dá certo, né? É por isso que no nosso estudo estamos tentando usar outros conceitos para definir tanto "palavra" quanto "morfema"...

Vamos pegar um exemplo mais concreto do português pra você entender melhor o problema do marciano: ouvindo palavras como as de (20a) e também as de (20b) numa série de frases do português, ele conseguiu entender que *in-* é um morfema usado em português para negar o conteúdo da palavra que está ao lado:

- (20) a. infeliz, inviável, intratável, indigno, incalculável, ingrato...
b. feliz, viável, tratável, digno, calculável, grato...

O problema do marciano é que não é só *in-* que aparece aí; aparece também uma outra forma, usada nos mesmos contextos discursivos, que é bem parecida mas não é idêntica: a forma é *i-*, que nós podemos ver nos exemplos em (21) abaixo:

- (21) a. ilegal, irregular, ... (mas *inlegal, *in(r)regular, ...)
b. legal, regular, ...

Ora, como o marciano pode decidir se se trata do mesmo elemento ou não? Além do mais, mesmo lá naquele conjunto de palavras em (20) tem um outro problema, que a escrita só revela no par que vemos em (22) abaixo:

- (22) a. impermeável, imbebível
b. permeável, bebível

Já sei o que você vai dizer: "Ah, este marciano não foi pra escola! Se tivesse ido ele teria aprendido que antes de *p* e de *b* se deve usar *m*, como em *campo* ou *tambor*". Mas o que isso quer dizer exatamente? Será que os exemplos de (22) são iguaizinhos aos de (20), só com uma diferencinha na grafia das palavras?

Não, a diferença não é só na grafia das palavras, mas no caso de (22) revela uma diferença na produção das palavras, talvez uma diferença sutil, que às vezes nem mesmo os falantes nativos ouvintes são capazes de detectar. Aliás, os ouvintes também usam truques para identificar essas diferenças e estes truques quem não é ouvinte também pode usar: por exemplo, colocar a mão na garganta de alguém que fala português e pedir para a pessoa produzir certos sons. Se você tiver intimidade suficiente com algum colega que seja falante de português, peça a ele para produzir os grupos de palavras abaixo e preste atenção ao que

acontece com as cordas vocais (a vibração no pescoço) dele quando ele pronuncia o finalzinho da palavra *latas*:

- (23) a. latas
b. latas pequenas
c. latas bonitas
d. latas alegres

Dá pra sentir alguma coisa? Talvez não seja muito claro porque as vogais são sempre sonoras e daí a garganta da pessoa está vibrando o tempo todo, mas se for possível isolar este fato, você verá que quando a pessoa pronuncia *latas* isoladamente como em (23a), o finalzinho da palavra (mais precisamente o -s final) é pronunciado sem vibração das cordas vocais, pois esta é uma consoante desvozeada. O mesmo acontece quando a pessoa pronuncia a seqüência em (23b), porque *p* também é uma consoante desvozeada e assim não há nenhuma vibração das cordas vocais para pronunciar estes segmentos. No entanto, quando a consoante seguinte é uma consoante sonora, como *b*, o que se passa é que as cordas vocais já começam a vibrar quando pronunciam o -s final, se preparando para pronunciar a consoante sonora seguinte. Mais claro ainda é o caso da produção em (23d): mesmo os ouvintes mais distraídos se dão conta de que aí pronunciam o -s final como se fosse *z*, formando uma sílaba com a vogal seguinte e falando algo como /latazalegres/.

Não fique aí rindo de quem escuta e pensando que eles têm um abacaxi pra descascar, porque este é um fenômeno que pode acontecer também nas línguas de sinais, só que não com os sons, mas com os movimentos.

Voltemos ao problema da realização da nasalidade antes de *p* e *b*. O que está em jogo aqui não é a alternância na vibração das cordas vocais como na produção de /s/ ou /z/ finais, mas uma mudança no lugar em que as consoantes são articuladas: se você pudesse observar dentro da boca de um falante de português pronunciando os conjuntos de palavras ou pseudo-palavras (as que estão entre aspas) em (24), veria que cada um dos conjuntos é produzido no mesmo lugar da boca, mas há variação do lugar entre os conjuntos:

- (24) a. mata, pata, bata
b. nata, "tata", data
c. nhaca, "gaca", caca

Portanto, o que se passa em *impermeável* é que a pronúncia do *i* nasalizado na primeira sílaba já se faz na boca pronta para a produção da sílaba *-per-* e por isso a nasalização é pronunciada bem na frente da boca, como quando produzimos a sílaba *ma-*. Por outro lado, quando pronunciamos *intratável*, pelo fato de a sílaba *-tra-* já ser pronunciada na região atrás dos dentes, também é esse o lugar em que a nasalização da primeira sílaba será produzida. Repare que, se a escrita fosse mesmo o retrato fiel da fala, de verdade, deveria haver uma escrita especial também para *incalculável* ou *ingrato*, algo como "inhcalculável" ou "inhgrato", porque o lugar em que produzimos esse *i-* quando falamos estas palavras está bem próximo do lugar em que vamos pronunciar *-cal-* ou *-gra-*.

Bom, mas do que nós acabamos de ver, a questão do *im-* e do *in-* então não tem nada a ver com a morfologia: trata-se de uma variação ditada estritamente pela fonologia, tanto que ela acontece em lugares que não tem nada a ver com estes morfemas, como em *campo* e *canto*. Quando acontece de aparecer na morfologia algum tipo de variação na forma dos morfemas que é devida a alguma coisa que acontece sempre lá na fonologia, dizemos que estamos frente à **alomorfia condicionada fonologicamente**: *im-* e *in-* são alomorfes, isto é, variantes do mesmo morfema, mas esta variação é ditada pela fonologia, e assim eles são alomorfes condicionados fonologicamente. E se esta é a única forma de alomorfia que existe, os morfólogos podem deixar que os fonólogos resolvem o problema!

No entanto, esta não é a única forma de alomorfia que existe. A questão é que existem formas variantes de um mesmo morfema que não se explicam por nenhuma razão fonológica: é o caso de (20) e (21), que está deixando o nosso marciano de cabelo em pé (se é que ele tem cabelo...). Repare que não há nenhum tipo de restrição fonológica à combinação da seqüência /in/ e /l/, já que é essa combinação que vemos em palavras como *enlatado*, que se pronuncia (mais ou menos) como /inlatadu/. E, ainda assim, **inlegal* não é uma forma possível em português. É por isso que somos obrigados a reconhecer que esta é de fato uma restrição morfológica, ditada pelo morfema *in-*: ele pode aparecer com esta forma nasalizada em todos os contextos, salvo quando o item com o qual ele vai se combinar começa com /l/ ou /r/. Neste caso, ele deve tomar uma forma alternativa, *i-*. Esta forma alternativa é seu alomorfe e este é um tipo de alomorfia que não é devido a algum problema lá da fonologia. Esta é sim uma **alomorfia verdadeiramente morfológica**. Nós vamos falar mais destas questões quando estudarmos a derivação no português, 'tá?

LEITURA RECOMENDADA: Costa, I. *et alli* (1993) "Processos morfofonológicos na morfologia derivacional". In: Ilari, R.(org) *Gramática do Português Falado*, v. II, p. 135-147.

1.2.2 Classes de palavras

Além da definição de termos técnicos como *palavra* e *morfema*, e da definição de formas variantes dos morfemas, isto é, dos *alomorfes*, um outro problema que os morfólogos têm que enfrentar é o de saber se, quando formamos palavras na língua, nós trabalhamos juntando morfemas uns aos outros – ou seja, se para formar a nossa palavrona lá do começo fazemos algo como: *anti-+constitu-+-cion-+-al-+-issim-+-a-+-mente* – ou se nós tomamos uma palavra já formada e a ela juntamos um morfema ou uma outra palavra – isto é, montamos a nossa palavrona partindo da forma *constituir* (que está à disposição na nossa cabeça desse jeitinho mesmo), juntando a essa forma o morfema *-ção* para obter *constituição*. A esta última palavra juntaremos *-al* para fazer *constitucional*, para só então fazermos *anticonstitucional* juntando *anti-* à última palavra feita. É a esta última palavra que se adiciona *-íssima*, para só então chegar à forma que permitirá a junção de *-mente* ⁶.

Será que faz muita diferença uma coisa ou outra? Bom, na seção passada a gente falou que existem palavras que também são ao mesmo tempo morfemas, como *luz* ou *caju*, que são palavras monomorfêmicas (*mono*: um só). Para essas palavras não faz mesmo nenhuma diferença: a gente pode pensar que a formação de palavras se faz juntando morfemas uns com os outros – por exemplo, para formar *luzir* juntaríamos o morfema *luz* e o(s) morfema(s) *-ir* (veremos mais tarde que *-i-* é um morfema e *-r* é outro); ou a gente pode pensar que palavras se formam juntando morfemas a palavras já existentes – estaríamos então juntando a palavra *luz* com o(s) morfemas(s) *-ir*.

No entanto, pode fazer diferença dizer uma coisa ou outra em casos como o da nossa palavrona lá em cima, ou de palavras formadas por mais de um morfema de uma maneira geral. Sabe por quê? Porque se a gente estivesse simplesmente juntando morfema com morfema, a gente esperaria poder juntar um monte de coisa que efetivamente a gente não pode. Quer ver? Todos nós conhecemos a palavra *incontestável*, não é verdade?. Vamos colocar as duas possibilidades de formação desta palavra em (25a) e (25b) abaixo:

- (25) a. in- + contesta- + -vel
b. [in- [contesta(r) + -vel]]
c. * in-+contest-+-ar

⁶ O mesmo problema se coloca para a visão de morfologia como processo: a que se aplica o processo? A uma palavra de base ou qualquer forma pode ser a base para o processo?

Em (25a) estamos simplesmente juntando morfemas: *in-* + *contesta(r)* + *-vel*. Por outro lado, em (25b) primeiro combinamos a palavra *contestar* com o morfema *-vel* (quando o *-r* do infinitivo é apagado) e depois combinamos a palavra *contestável* com o morfema *in-*. Se estivéssemos simplesmente juntando morfemas como em (25a), seria difícil explicar por que não existe a palavra de (25c), **incontestar*. Não há modo de formular essa impossibilidade se a formação das palavras é feita com base na junção irrestrita de morfemas, como em (25a).

É por isso que uma boa parte dos morfólogos prefere dizer que no nosso léxico mental (isto é, o nosso dicionário mental, o depósito de formas da língua que todos nós temos na cabeça quando somos falantes de uma língua natural) se compõe de palavras e de morfemas; quando vamos fazer formas complexas morfológicamente, são escolhidas palavras de uma certa **classe** para se unir a este ou aquele morfemas específico. Observe o que acontece em (25b): primeiro juntamos o verbo *contestar* com o morfema *-vel* (tem que ajustar um pouquinho o verbo: ele perde o *-r* do infinitivo), formando o adjetivo *contestável* e só depois juntamos o morfema *in-* a este adjetivo, formando *incontestável*.

Claro, agora temos que definir quais são as classes de palavras⁷. Há várias maneiras de fazer isso, porque é possível fazer esta classificação com base em vários critérios diferentes. A gramática tradicional (doravante GT), por exemplo, gosta muito de definir as classes de palavras pelo critério semântico, isto é, pelo que elas significam – lembre-se de que a gramática tradicional nasceu lá na antiguidade clássica com os gregos, onde o estudo da linguagem se inseria numa indagação filosófica mais geral e é por isso que a GT traz até aqui esse interesse pelo significado das coisas⁸. Assim, nas gramáticas do português encontramos definições como as que se seguem – estamos utilizando a gramática de Cunha & Cintra (2001), páginas 177 e 379, respectivamente:

- (26) Substantivo é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral.
- (27) Verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo.

⁷ Esta discussão se baseia no capítulo intitulado "Classes de palavras e categorias lexicais", de Basílio (2004), p. 21-24.

⁸ Na *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, encontramos a seguinte definição de classes de palavras:

"**Classes** são, pois, os diversos grupos em que estão distribuídas as palavras do idioma segundo a **idéia** que indicam." (em negrito no original)

Observe-se, no entanto, que, à parte o problema da precisão (o que será que quer dizer "seres"?), estas definições não são muito boas para os propósitos da morfologia, porque elas não nos dizem nada sobre que tipo de morfema pode se combinar (ou não) com substantivos ou com verbos – é verdade que a definição de verbo deixa entrever que esta classe se relaciona com a categoria de tempo, mas a definição só aponta para uma relação semântica, não morfológica. E estas definições também não falam nada sobre a distribuição dessas classes de palavras na oração, o que é mais uma falha delas, porque esta é uma informação muito importante para a constituição das sentenças na língua.

A lingüística estruturalista norte-americana, que tem em Bloomfield o seu maior nome, formulou um critério dito funcional para a classificação das palavras, que leva em conta a função que a palavra tem na sentença em que ocorre. Assim, substantivo é a palavra que ocorre como centro da expressão nominal, o que a gramática tradicional chamaria de "núcleo" do sujeito ou do objeto, por exemplo, normalmente precedido de algum tipo de determinante (um artigo definido, por exemplo), como as palavras em itálico em (28) abaixo:

(28) A *menina* comeu o *peixe*

O verbo seria então o centro da expressão verbal (o núcleo do predicado nos termos da GT, que é a expressão grifada em (28) acima). Observe agora que esta definição de cunho mais funcionalista não tem nada a dizer sobre o fato de que *menina* e *peixe* são termos que nomeiam seres (o que quer que seja "seres").

Mas há também trabalhos estruturalistas que procuraram formular um critério estritamente morfológico para a definição das classes de palavras. Assim, substantivos seriam caracterizados pela presença de morfemas com a informação de gênero e número em português e os verbos se caracterizariam pela presença de morfemas indicando tempo, aspecto e modo. Vemos aqui que, ainda que as propriedades específicas da morfologia do português estejam devidamente mencionadas, nada se diz sobre a interpretação que essas formas têm, nem sobre como elas se distribuem nas sentenças das línguas.

Observe que no geral há coincidência entre o que recobre cada uma das definições: acontece mesmo muitas vezes que o termo usado para designar um ser é o núcleo do sujeito e esse mesmo termo porta marcas de gênero e número. Mas acontecem também discordâncias dos mais variados tipos. Por exemplo, a gente diria que *cantar* é um verbo se olhasse para o seu significado (exprime um acontecimento, não é verdade?) ou a sua forma (porta a

morfologia de infinitivo *-ar* que aparece com os verbos no português), mas numa sentença como (29) ele é o núcleo do grupo nominal que é o sujeito da sentença:

(29) O cantar dos pássaros me acordou esta manhã.

Mais sério ainda: há certos tipos de palavras que seria conveniente dizermos que constituem classe distintas pelas suas propriedades distribucionais e semânticas, mas que têm propriedades morfológicas semelhantes: este é o caso dos substantivos e dos adjetivos (e de outras classes também relacionadas ao substantivo), que partilham a morfologia que expressa gênero e número, como mostra (30) abaixo:

(30) As meninas bonitas estavam preocupadas

Assim, parece que tentar fazer a divisão com base em um único critério, seja ele qual for, não vai dar muito certo não. Portanto, vai ser necessário juntar vários critérios, certo?

É preciso fazer uma observação mais geral sobre o problema das classes de palavras: a GT postula a existência de dez classes: *substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral, verbo, preposição, conjunção, advérbio e interjeição*, mas bem que poderia existir um número maior ou menor de classes de palavras. Na verdade, na história da GT o número de classes já foi diferente, e as classes mesmas também já foram outras. Como nenhum dos critérios mencionados – o semântico, o sintático-funcional e o morfológico – é simultaneamente uma maneira de definir o número e os tipos de classes de palavras, é perfeitamente possível pensar em uma classificação que tenha uma outra maneira de agrupar as palavras em classes.

É claro que já existiu quem já tenha tentado fazer isso para o português. Trata-se de um grande lingüista brasileiro chamado Joaquim Mattoso Camara Jr., um adepto do Estruturalismo que morreu em 1970, mas nos deixou muitas obras, com muitos estudos sobre a fonologia e a morfologia do português (brasileiro).

Para Camara Jr (1970), o problema da "classificação dos vocábulos formais" (isto é, o problema das classes de palavras) deve ser abordado levando-se em conta simultaneamente os três critérios acima elencados – o semântico, o sintático e o morfológico. A maneira de aplicar estes critérios é que é especial. Como bom estruturalista, Mattoso Camara pensa que não é possível falar do sentido sem falar da forma e, por isso, para ele o critério semântico e o critério "mórfico" ("morfológico" para nós) devem se unir em um só e formar a base da

classificação, definindo as três maiores classes de palavras: *Nomes*, *Verbos* e *Pronomes*. Semanticamente, os nomes representam "coisas", os verbos representam "processos" e os pronomes limitam-se "a mostrar o ser no espaço, visto esse espaço em português em função do falante" (p. 78). Sob o ponto de vista da forma, estas três classes também se distinguem: os nomes podem apresentar gênero e plural em *-s*, mas os verbos só podem expressar, por um lado, tempo e modo e, por outro, número e pessoa. Os pronomes se diferenciam morficamente seja dos nomes seja dos verbos, porque como os nomes podem apresentar gênero e número, mas também como os verbos podem expressar a noção de pessoa, além de poderem apresentar diferenças de caso morfológico, que só eles podem apresentar em português atualmente (a diferença que se observa entre *eu*, *me* e *mim*, por exemplo: *eu* é sempre o sujeito da sentença; *me* é sempre o objeto do verbo e *mim* só pode aparecer com uma preposição).

A esta primeira divisão feita com base no critério mórfico-semântico se aplica o critério sintático, que Mattoso Camara trata como "critério funcional", exatamente porque este critério olha como a palavra funciona numa sentença da língua. Este segundo critério subdivide as classes dos nomes e pronomes segundo "sua função na comunicação lingüística": temos aqui a função de substantivo (que é a de ser o centro de uma expressão, isto é, o seu "núcleo" segundo a GT) e a função de adjetivo (que modifica este "centro" nominal) ou a função de advérbio (que modifica o "centro" verbal).

Mattoso Camara adota a nomenclatura de Bally (1950, *apud* Camara Jr. 1970) para falar dessas duas funções como a função de "termo determinado" (a do núcleo) e a de "termo determinante" (a de modificador do núcleo). Um exemplo do próprio Mattoso certamente vai ajudar você a entender melhor o que tudo isso quer dizer – só é preciso antes dizer que o português tem grande preferência pela ordem termo determinado-termo determinante:

- (31) a. O marinheiro brasileiro
b. O brasileiro marinheiro

Em (31a), o termo determinado é *marinheiro* e o termo determinante é *brasileiro*; portanto, uma paráfrase dessa expressão nominal seria "o marinheiro que é brasileiro". Assim, em (31a) quem tem a função de substantivo é *marinheiro* e quem tem a função de adjetivo é *brasileiro*. Por outro lado, em (31b) temos como termo determinado *brasileiro* e como termo determinante *marinheiro* e agora uma boa paráfrase da expressão nominal é "o brasileiro que é marinheiro"; portanto, aqui, quem tem a função de substantivo é *brasileiro* e quem está com a função de adjetivo é *marinheiro*.

Na classe dos pronomes é mais fácil ver essa diferença de funções porque a própria GT já assume a existência de dois tipos (ou funções) de pronomes: os pronomes substantivos (como *eu* ou *isso*), que são sempre núcleos do seu sintagma (e normalmente aparecem sozinhos); e os pronomes adjetivos (como *essa* no grupo nominal *essa casa*), que aparecem não como o núcleo do sintagma nominal mas como adjunto adnominal para a GT, isto é, como termo determinante para Mattoso Camara.

No domínio verbal, é a mesma coisa. Tomemos um par de frases como (32):

- (32) a. Ele falou eloqüentemente
 b. Ele falou aqui

Também aqui temos o que nos termos da primeira classificação (com o critério morfo-semântico) é um nome (*eloqüentemente*) ou um pronome (*aqui*) na função adverbial, que é a função de determinante de um verbo para Mattoso Camara.

A classificação final das grandes classes de palavras para este autor pode ser visualizada em (33) abaixo:

(33) Nome	[Substantivo (termo determinado) Adjetivo (termo determinante de outro nome) Advérbio (termo determinante de um verbo)
Verbo		
Pronome	[Substantivo (termo determinado) Adjetivo (termo determinante de outro nome) Advérbio (termo determinante de um verbo)

Estamos nomeando estas classes como "grandes classes" porque pelo menos duas delas são o que chamamos de classes "abertas", isto é, são as classes que permitem a entrada de novas palavras com bastante facilidade: a cada vez que aparece um objeto novo (por exemplo, uma nova criação da tecnologia) é possível inventar um nome para dar a ele ou um verbo para dizer o que ele faz.

Mas essas não são as únicas classes de palavras que existem nas línguas e Mattoso Camara sabe disso. No entanto, o que ele vai dizer é que, para definir as classes "menores" (aquelas que são "fechadas", isto é, que não permitem a entrada de elementos com facilidade), basta o critério funcional ou sintático, porque a função delas é relacionar entre si e uns com os

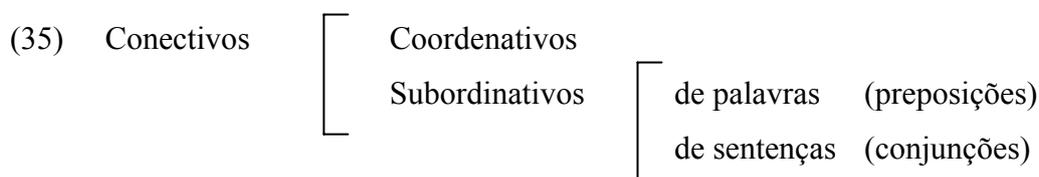
outros os nomes, os pronomes e os verbos. Por isso, "vocábulo conectivo" é o nome dos integrantes destas classes para este autor.

A conexão pode se fazer de modo a tornar um elemento o determinante do outro, como em *cadeira de praia*, em que *cadeira* tem a função substantiva e *de* faz com que *praia* assuma a função adjetiva dentro desse grupo nominal⁹. Neste caso, estamos falando de "conectivos subordinativos", exatamente porque subordinam um termo a outro. Por outro lado, a conexão pode também apenas adicionar um termo a outro, sem alterar sua função: *mesas e cadeiras* ou *(cadeiras) bonitas mas frágeis* são exemplos desse tipo de conexão; as palavras responsáveis por ela – *e* e *mas* nesses exemplos – são chamadas "conectivos coordenativos" pelo autor.

Mattoso Camara nota ainda que no interior do grupo dos conectivos subordinativos há, em português, uma subdivisão: existem conectores especializados em conectar palavras, como no caso de *cadeiras de praia* que vimos acima; mas existem também conectores subordinativos especializados em conectar sentenças, tornando uma o termo determinante da outra (subordinando-a à outra, diria a GT), como se vê em (34) abaixo:

- (34) a. Eu estava no quintal. O telefone tocou.
b. Eu estava no quintal *quando* o telefone tocou.

No caso dos conectivos coordenativos, não há uma tal subdivisão interna: *mas*, por exemplo, pode conectar tanto duas palavras (como em *bonita mas infeliz*) quanto duas frases (como *está chovendo mas eu vou sair*). Assim, o quadro de conectivos do português pode ser resumido em (35) abaixo:



Você vê a genialidade do Mattoso Camara nessa proposta toda? Ele combinou critérios e obteve um conjunto menor de classes do que o da GT, um conjunto que está limitado de algum modo. Não existem mais quantas classes a gente quiser inventar, mas um número restrito e ditado pelos critérios definidos. Claro, ainda falta encaixar algumas

⁹ Em muitos casos, é possível substituir o termo com função adjetiva por uma palavra que a GT já identificaria como pertencente à classe dos adjetivos; por exemplo, *flores do campo* poderia ter a forma *flores campestres*.

coisinhas nesse esquema. O próprio Mattoso reconhece que os pronomes relativos (como aquele que aparece na sentença *aqui está o livro que eu comprei*) é ao mesmo tempo um pronome e um conectivo, um caso mais delicado para a sua classificação, mas você pode facilmente ver que, juntando (33) e (35), tem lugar nesta classificação para todos os elementos que a GT afirma serem classes independentes.

Ainda que em alguns momentos nós façamos uso de parte dessa nomenclatura introduzida por Mattoso Camara, nós não vamos adotar essa classificação neste nosso curso, porque entendemos que mais tarde vocês serão professores de LIBRAS ou de português para falantes nativos de LIBRAS e por isso é melhor fazermos referência à classificação das palavras segundo a GT, que é a que as escolas de uma maneira geral escolhem para ensinar aos seus alunos. Mas é bom que você, o futuro professor, saiba que existem outras possibilidades de classificação e que esta da gramática tradicional não é necessariamente nem a melhor nem a mais completa e consistente que existe, é só a mais velha...

LEITURA RECOMENDADA:

1. Basílio (2004): "Classes de palavras e categorias lexicais", p.21-24.
2. Mattoso Camara Jr. (1970): "A classificação dos vocábulos formais", p. 77-80.

1.3 Conclusões e resumo do capítulo

Este capítulo apresentou a você o que é a morfologia e que tipo de problemas ela tem que solucionar. Vimos primeiro que a própria noção de morfologia como concatenação de morfemas não é adequada para tratar de certas línguas orais nem para tratar de línguas de sinais como a LIBRAS. Exploramos um pouco uma outra possibilidade, que é entender a morfologia como aplicação de regras, isto é, como um processo que toma uma forma e aplica a ela uma regra, de tal modo que o resultado é uma outra forma, com propriedades distintas.

Abordamos em seguida a dificuldade que é definir um conceito aparentemente simples como o de palavra. Reescrevemos nossa definição várias vezes, porque fomos descobrindo os diversos fatos do português que deveriam ser recobertos pelo termo "palavra". O método que usamos foi o procedimento de descoberta, conhecido de várias ciências. Definimos também o conceito de morfema.

Na segunda parte do texto tratamos de basicamente dois problemas: o primeiro foi a questão da alomorfia, que pode ser condicionada fonologicamente ou verdadeiramente

mórfica. O segundo foi a questão das classes de palavras e como defini-las. Vimos que diferentes teorias formulam diferentes critérios para construir uma classificação. Apreciamos de perto a proposta de um grande lingüista brasileiro, Joaquim Mattoso Camara Jr., apresentada no seu livro póstumo *Estrutura da Língua Portuguesa*.

2 Flexão

Objetivos do capítulo

1. apresentar ao aluno critérios para distinguir flexão de derivação;
2. aplicar esses critérios aos domínios da morfologia nominal e verbal

2.1 O que é flexão

Na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos você viu que os morfemas do português podem se afixar no início da palavra, caso em que são chamados de **prefixos**, como em *infeliz*, analisada como *in+feliz*; mas também podem se afixar no final dela, quando falamos de **sufixos**, como em *felizmente*, analisada como *feliz+mente*¹⁰.

Você viu também naquela disciplina que os sufixos (mas não os prefixos!) podem ser de dois tipos: **flexionais** e **derivacionais**¹¹. Talvez a diferença entre eles não tenha ficado muito clara para você, porque aquela disciplina só queria dar uma visão geral do que as diferentes áreas de estudo da lingüística fazem, não detalhar cada uma delas. Lá se disse apenas que os morfemas derivacionais criam novas palavras e que os morfemas flexionais indicam relações gramaticais. Mas o que isso quer dizer exatamente?

¹⁰ Em Cunha e Cintra, 2001:77-78) encontramos as seguintes definições: os afixos (também chamados de morfemas derivacionais) que se antepõem ao radical chamam-se **prefixos**. Por exemplo, em *desterrar* e *renovamos* aparecem os prefixos:

des- (que empresta ao verbo *desterrar* a idéia de separação)

re- (que acrescenta ao verbo *renovamos* o sentido de repetição de um fato)

Os afixos que se pospõem ao radical denominam-se **sufixos**.

Os sufixos, como as desinências, unem-se à parte final do radical. Mas, enquanto as desinências são morfemas flexionais (isto é, expressam o gênero e o número nas categorias nominais e o tempo e o modo, o número e a pessoa nos verbos), os sufixos são morfemas derivacionais, que podem alterar o sentido lexical ou a classe da palavra com a qual se combinam. Por exemplo, em *terroso*, *terreiro*, *novinho* e *novamente*, encontramos os sufixos:

-oso (que do substantivo *terra* forma um adjetivo, *terroso*);

-eiro (que do substantivo *terra* forma outro substantivo, *terreiro*)

-inho (que do adjetivo *novo* forma um diminutivo, *novinho*)

-mente (que do feminino do adjetivo *novo* forma um advérbio, *novamente*).

¹¹ Seria bom sermos mais precisos com a nossa terminologia. A GT fala de **sufixos** (que são sempre derivacionais) e **desinências** (que são sempre flexionais), como um modo de impedir que se confundam. Assim, na forma verbal que examinamos acima, *renovamos*, temos um prefixo (**re-**) e uma desinência (**-mos**). É possível termos sufixo e desinência numa mesma palavra: *novamente* apresenta a desinência de feminino no adjetivo – *nova* – e o sufixo (derivacional) **-mente**. Igualmente, a palavra *terreiros* apresenta o sufixo (derivacional) **-eiro** e a desinência (flexional) de plural **-s**.

Podemos nos perguntar se não seria mais simples falarmos de sufixos, simplesmente, para todos os processos morfológicos que colocam um morfema ao final de uma palavra. A resposta para esta pergunta depende crucialmente de estabelecermos (ou não) uma diferença significativa entre a flexão e a derivação como processos morfológicos, exatamente o assunto deste capítulo.

A distinção entre **flexão** e **derivação** como operações morfológicas distintas é parte da tradição dos estudos gramaticais. Já na gramática latina de Varrão (que viveu de 116 aC a 26 aC!) esta distinção aparece, segundo Camara Jr. (1970), respectivamente sob o rótulo de *derivatio naturalis* (responsável por indicar modalidades específicas de uma palavra) e *derivatio voluntaris* (responsável pela criação de novas palavras).

Para tornar a discussão mais concreta, vamos examinar um exemplo de cada um dos processos – em (1a) temos um exemplo de flexão e em (1b) temos um exemplo de derivação:

- (1) a. caju (caju+s)
 b. cajueiro (caju+eiro)

Em ambos os casos estamos falando de sufixos e assim, olhando só a aparência da construção, não teríamos razão nenhuma para dizer que são dois processos distintos, não é?

Qual é a razão para distinguir esses dois tipos de sufixos e dizer que cada um deles corresponde a um processo distinto na língua? Camara Jr. (1970:81) argumenta, seguindo os passos de Varrão, que a derivação – *derivatio voluntaris* – tem um "caráter fortuito e desconexo", isto é, as palavras derivadas "não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogêna do léxico". E o que isso quer dizer? Isto quer dizer que um morfema derivacional como *-eiro*, apresentado no exemplo (1b) com o significado de "planta que dá o fruto designado pela palavra-base", não se aplica sistematicamente a todos os substantivos da língua, e nem mesmo a um subconjunto definido de substantivos, ao contrário do morfema de plural *-s*, que se aplica a todos os substantivos (com algumas exceções previsíveis que vamos examinar já já).

Será verdade que *-eiro* não pode mesmo acompanhar todos os substantivos? Vamos pensar uns exemplos: *abacateiro*, *mamoeiro*, *cajueiro*. Até aqui, tudo bem. Mas e **quiui(z)eiro*? Não existe. E *uveiro*? Bom, *uveiro* existe no português, mas não quer dizer "planta que dá o fruto designado pela palavra-base", como nos exemplos acima. Essa palavra quer dizer uma coisa bem diferente: "uveiro" é quem comercializa uvas. "Uveira" só se usa em Portugal e quer dizer a árvore na qual se prendem as vinhas, não a planta que dá as uvas.

Bom, mas se a palavra derivada em *-eiro* aqui não quer dizer (mais ou menos) a mesma coisa que as outras palavras em *-eiro* querem dizer, ou (o que é pior!) se ela quer dizer uma coisa totalmente diferente, então ela não pode entrar na mesma conta, porque o *-s* de plural quer sempre dizer "muitos" (mais precisamente dois ou mais) com qualquer que seja o

substantivo que se combine: *cajus*, *mamões*, *quiuís*, *uvas* (apesar dos acertos na forma fonológica que de vez em quando a gente tem que fazer para o -s poder se acomodar ali...).

Então -s tem sempre este mesmo significado de "muitos" com qualquer substantivo ao qual se afixe? Bom, quando afixado aos chamados "nomes de massa", que são não-contáveis, como *açúcar* ou *farinha*, ele tem um significado diferente e quer dizer "tipos de": *as farinhas* quer dizer "os tipos de farinha (de trigo, de centeio, de arroz)", certo? E note que aqui a diferença de significado é previsível e só aparece porque o substantivo é não-contável. Não é isso que acontece com o -eiro que estamos investigando: se -eiro se afixa a *açúcar*, o resultado é *açucareiro*, que é o lugar para guardar o açúcar, não a planta que dá açúcar mas se -eiro é afixado a *farinha*, isso dá *farinheiro*, que é quem comercializa a farinha e não tem nada a ver nem com o significado de "planta que dá o fruto", nem com o de "lugar em que se guarda". Note que é muito difícil prever qual significado terá a palavra formada!

Há um outro ponto importante que Mattoso Camara Jr. frisa: a derivação pode aparecer numa palavra e faltar para uma palavra muito semelhante a ela em forma (por exemplo, com base em *caqui* se faz *caquizeiro*, mas, com base em *quiúí*, não se pode fazer ^{?*}*quiúizeiro*) ou em significado (como vimos, existe *mamoeiro*, mas não existe *uveiro* com o sentido de "planta que dá a fruta designada pela palavra-base"). Portanto, o que está em jogo aqui é a **regularidade** do processo: a flexão é um processo extremamente regular (inclusive porque as exceções são previsíveis), mas a derivação não necessariamente o é.

Além disso, este autor nota que a derivação é opcional (é voluntária para Varrão!), no sentido de que não existe nenhuma construção sintática ou mesmo situação contextual que obrigue o uso de algum morfema derivacional específico. Pense no uso do diminutivo: não há nenhum contexto sintático ou discursivo que nos obrigue a usar *livrinho*, pois podemos dizer *livro pequeno*, por exemplo, sem grande alteração de significado. Mas não há modo de dar a idéia de que se trata de mais de um livro a não ser usando o -s em *livros* (ao menos na língua padrão). Assim, a flexão tem um caráter de **obrigatoriedade** que não se vê na derivação.

Os morfemas flexionais têm ainda duas características que os morfemas derivacionais não têm. A primeira delas é que eles estão organizados em **paradigmas** nas línguas que têm morfologia flexional, o que quer dizer que existe um conjunto coeso de formas, com pouca variação, que se aplica sistematicamente a toda a classe ou subclasse de palavras veiculando certas noções específicas. O plural dos nomes não é o melhor exemplo para a noção de paradigma, porque só há duas formas: o singular e o plural. Mas se tomamos a expressão de tempo/modo e de número/pessoa nos verbos, fica mais claro. Observe (2) abaixo:

(2)	Verbo <i>cantar</i>			
	<i>Presente</i>	<i>Pretérito perfeito</i>	<i>Pretérito imperfeito</i>	<i>Pretérito mais que perfeito</i>
<i>Eu</i>	canto <u>o</u>	cantei <u>o</u>	cantava <u>o</u>	cantara <u>o</u>
<i>Tu</i>	cantas <u>o</u>	cantaste <u>o</u>	cantavas <u>o</u>	cantaras <u>o</u>
<i>Ele/ela</i>	canta <u>o</u>	cantou <u>o</u>	cantava <u>o</u>	cantara <u>o</u>
<i>Nós</i>	cantamos <u>o</u>	cantamos <u>o</u>	cantávamos <u>o</u>	cantáramos <u>o</u>
<i>Vós</i>	cantais <u>o</u>	cantastes <u>o</u>	cantáveis <u>o</u>	cantáreis <u>o</u>
<i>Eles/elas</i>	cantam <u>o</u>	cantaram <u>o</u>	cantavam <u>o</u>	cantaram <u>o</u>

(2) é um fragmento do paradigma de um verbo regular da 1ª conjugação (em *-ar*) no modo indicativo em português padrão. Está ficando mais claro o que quer dizer paradigma? É exatamente esse conjunto de formas que um verbo qualquer pode assumir em português padrão (no português brasileiro o paradigma verbal é um pouco diferente). O conjunto exato de formas pode mudar de um verbo para outro, mas sempre existe um conjunto de formas que o verbo pode assumir nas diferentes sentenças da língua ¹².

É importante salientar também que essas formas não se distribuem aleatoriamente: quando o falante quer dizer, por exemplo, que uma amiga dele, em um momento preciso do passado, executou a ação de cantar, a forma que o falante deve usar é "ela cantou". O falante não pode usar nem "elas cantaram" se se trata de uma amiga só, nem "ela cantava", se se trata de um momento preciso do passado em que esta atividade começou e acabou. E nem há outra maneira de o falante expressar o mesmo significado a não ser usando essas formas.

Na derivação não é possível estabelecer paradigmas. Existem, é verdade, vários sufixos que, por exemplo, fazem nomes a partir de verbos: *-ção* (de *destruir* faz *destruição*), *-mento* (de *envolver* faz *envolvimento*), *-ança* (de *lembrar* faz *lembrança*), *-ura* (de *pintar* faz *pintura*), etc. Mas não existe nenhum modo de prever quando vai ser usado um certo sufixo – aparentemente, não existe nenhuma construção sintática ou situação discursiva que exija um sufixo ou outro; e também não é possível dizer que, dado um certo verbo com alguma propriedade morfológica específica (os verbos terminados em *-ar*, por exemplo), o substantivo dele derivado deverá usar um (ou um grupo) desses sufixos.

¹² Nas gramáticas tradicionais, esses diferentes paradigmas formam as chamadas conjugações verbais, que em português são definidas em função da vogal temática. Os verbos regulares nessa língua se dividem em três conjugações. O leitor pode consultar qualquer gramática para examinar o quadro completo de formas que compõem essas conjugações regulares, bem como os diferentes padrões de conjugações irregulares que os verbos do português podem apresentar.

Uma segunda propriedade que só os morfemas flexionais têm e que por isso muitos morfólogos consideram como a propriedade distintiva da flexão diz respeito ao fenômeno da **concordância**¹³, presente no exemplo que demos acima: se o sujeito da sentença é um grupo nominal plural que não inclui nem o falante nem o ouvinte, correspondente à forma pronominal da última linha do paradigma em (2), *eles/elas*, então devemos escolher para o verbo desta frase uma forma que figure também nesta linha.

O reino nominal também exhibe o mesmo fenômeno: se escolhermos colocar na frase a palavra *livros*, no plural, somos obrigados a colocar também no plural qualquer termo determinante que o acompanhe (artigo, pronome possessivo ou adjetivos). Assim teremos sempre, em português padrão, grupos nominais como os exemplificados em (3):

- (3) a. o meu livro vermelho
b. os meus livros vermelhos

Você está convencido agora de que é preciso distinguir flexão de derivação? Uma boa parte dos morfólogos está sim, ainda que existam aqueles que não estão completamente convencidos, porque, como vamos ver daqui a pouco, nem sempre é tão fácil traçar a linha que separa um processo do outro. Apesar de tanto a derivação quanto a flexão utilizarem

¹³ Chama-se **concordância** ao processo morfo-sintático que determina a forma de alguns elementos da sentença em função da forma que algum outro elemento tenha. Trata-se na verdade de um processo de partilha de traços, isto é, se o elemento tido como núcleo da construção apresenta certas características, os elementos que o acompanham devem exibir estas mesmas características.

A gramática tradicional (cf. por exemplo Cunha e Cintra, 2001) prevê a existência de dois tipos de concordância: - a **concordância nominal**: é a partilha de traços de *gênero* (masculino, feminino) e *número* (singular, plural) que se observa entre o núcleo do sintagma nominal e os elementos periféricos ligados a ele (chamados adjuntos adnominais pela gramática, como os artigos, os pronomes demonstrativos ou possessivos e os adjetivos). Observe os exemplos:

- (i) O meu vestido vermelho e esta minha blusa branca
(ii) Os meus vestidos vermelhos e estas minhas blusas brancas

Em (i), em torno do núcleo nominal *vestido* (que é um substantivo masculino e singular), agrupam-se elementos na forma do masculino e do singular: o artigo *o*, o pronome possessivo *meu* e adjetivo *vermelho*; já em torno do substantivo feminino e singular *blusa*, vemos o pronome demonstrativo *esta*, o pronome possessivo *minha* e o adjetivo *branca*, todos na forma de feminino e do singular. Em (ii) temos um sintagma nominal com seus núcleos no plural – *vestidos* e *blusas* – e o que se observa é que todos os adjuntos adnominais (artigos, pronomes e adjetivos) aparecem igualmente no plural.

- a **concordância verbal**: é a partilha de traços de número (singular, plural) e pessoa (primeira, segunda, terceira) que se observa entre o sujeito da sentença e o verbo, que varia "para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito" (Cunha & Cintra 2001:496).

Observe os exemplos:

- (iii) A menina cantou
(iv) Nós cantamos

Em (iii), o sujeito é um sintagma nominal de 3a. pessoa do singular e assim o verbo deve estar assumir a forma de 3a. pessoa do singular (*cantou*, no caso); em (iv), o sujeito é um sintagma nominal de 1a. pessoa do plural e por isso o verbo deve também assumir esta forma (*cantamos*, no caso).

sufixos, damos um nome especial para os sufixos flexionais: eles são chamados de **desinências**¹⁴, e é a estes elementos que vamos nos dedicar no restante deste capítulo.

LEITURA RECOMENDADA: Camara Jr. (1970), capítulo 10, seção 37.

2.2 Flexão nominal¹⁵

A discussão da seção 1 fornece critérios claros para avaliarmos se um processo é flexional ou derivacional. Devemos observar: a regularidade do processo, a obrigatoriedade dele e a existência de concordância, pois a flexão é regular, obrigatória e exibe concordância (além de dispor de um paradigma de formas). A derivação não é necessariamente regular, não é obrigatória e nem desencadeia concordância (além de não possuir um paradigma fechado).

2.2.1 A flexão de número

Vamos examinar então se a expressão de número nos nomes do português constitui, de fato, um caso de flexão. Vamos aos critérios:

1. *A regularidade do processo*: se, como vimos na seção passada, a presença do morfema de plural é possível em todas as formas nominais da língua, é inegável que a expressão morfológica de número satisfaz a este critério. Na verdade, um pequeno número de formas nominais não aceita a desinência -s de plural, mas estas exceções são completamente previsíveis: são os paroxítonos ou proparoxítonos com final em /s/, como *atlas* ou *ônibus*.

Vimos no primeiro capítulo que o morfema de plural sofre alomorfa fonologicamente condicionada. Sim, a escrita é sempre a mesma, -s, mas a pronúncia varia dependendo do que vem pela frente: se é pausa ou uma consoante surda, a pronúncia é /s/ mesmo, mas se é uma consoante sonora ou uma vogal, a pronúncia é /z/, correto? É verdade também que existe variação na pronúncia específica de /s/ e de /z/ dependendo da região do país – no Rio de

¹⁴ As desinências podem ser verbais ou nominais, dependendo da categoria a que eles se adjungem: as desinências nominais são de gênero (como -a em *menina*) e de número (como -s em *meninas*); as desinências verbais são as modo-temporais (como -va- em *andávamos*) e número-pessoais (como -mos em *andávamos*). Veremos que também as vogais temáticas dos verbos (-a-, -e-, -i- que se vê em *amarar*, *vender* e *abrir*) devem ser analisadas como desinências verbais, ainda que as gramáticas tradicionais não reconheçam este fato.

¹⁵ A discussão que se segue se inspira diretamente no texto de Rocha (1999), especialmente o capítulo 9. No entanto, a organização do material e as decisões teóricas tomadas aqui são exclusivamente nossas.

Janeiro, por exemplo, são chiantes que se realizam neste contextos, mas em São Paulo são sibilantes. No entanto, esse tipo de alomorfia não é tão interessante porque ela ocorre em qualquer contexto com /s/ final, não apenas quando se trata da desinência de plural. Isto quer dizer que se você for examinar como um falante de português pronuncia *o lápis amarelo*, você vai ver que ele fala uma coisa como /ulapizamarelu/ ¹⁶.

É por isso que para os morfólogos é mais interessante olhar o tipo de alomorfia que a desinência de plural desencadeia em outros morfemas, isto é, a alomorfia que não se dá no morfema /s/, mas na base à qual a desinência se associa. Dito de outro modo, o morfema de plural exige que o morfema de base seja substituído por um alomorfe. Há vários casos. O mais visível é o caso de palavras oxítonas terminadas em /s/ ou palavras terminadas em consoantes, que devem lançar mão no plural de seu alomorfe em *-e-* (às vezes escreve-se *e* mas pronuncia-se /i/). Exemplifiquemos com dois casos: o plural de *rapaz* e o de *mar*. Que ambos têm alomorfes com *-e* pode ser mostrado em certas formações morfológicas que eles podem exibir, como *rapaziada* e *maremoto*. A sua flexão está descrita em (4):

- (4) a. rapaz → [rapaze] + -s = rapazes
 b. mar → [mare] + -s = mares

Mais interessantes ainda são os plurais de formas terminadas em *-l* (que na maior parte dos dialetos do português brasileiro são pronunciadas como /u/) e de formas terminadas no ditongo nasal *-ão*. Vamos examinar cada um destes casos ¹⁷.

Nas palavras terminadas em *-l*, é preciso ver primeiramente se a vogal anterior a este *-l* não é a vogal alta /i/; se não é, o que se faz é muito simples: toma-se o alomorfe da base que não tem o *-l* final e que em seu lugar apresenta um /i/. Os exemplos estão em (5) abaixo:

- (5) a. animal → [anima +i] + -s = animais
 b. papel → [pape +i] + -s = papéis
 c. anzol → [anzo +i] + -s = anzóis
 d. azul → [azu +i] + -s = azuis

¹⁶ A Gramática tradicional nota a existência do fenômeno de alomorfia, mas não chega a fazer uso do conceito como faremos aqui.

¹⁷ A título de curiosidade, pegue uma gramática tradicional do português para ver como são as regras de plural para palavras terminadas em *-l* e terminadas em *-ão*. Você vai ver que na verdade a GT fornece uma lista para ser decorada, não uma sistematização do fenômeno como faz Mattoso Camara Jr.

Um pouco mais trabalhoso é o caso de o *-l* final ser antecedido por /i/, pois então será necessário averiguar igualmente se este /i/ é tônico ou é átono (isto é, se porta ou não o acento da palavra). Se se trata de um /i/ átono, o seu alomorfe tem um /e/ no lugar do /i/ e também não tem *-l*, em seu lugar apresentando o mesmo /i/ que os alomorfes de (5), como em (6):

(6) fácil → [facel] → [face +i] + -s = fáceis

Se o /i/ que precede o *-l* final for tônico, o alomorfe simplesmente não possui o *-l*:

(7) barril → [barri] + -s = barris

O caso de palavras terminadas no ditongo nasal *-ão* tônico ou átono é mais complicado, porque o português tem três morfemas *-ão* diferentes, como mostra (8) abaixo:

(8) a. irmão → irmãos
b. pão → pães
c. leão → leões

A primeira estrutura, a de (8a), é a mais simples, pois não toma alomorfe para fazer o plural, que se faz então simplesmente adicionando-se *-s* à palavra. As outras duas estruturas são mais difíceis, porque tomam um alomorfe, identificável em outras formas delas como *panificadora* ou *leonino*. Olhando só a parte grifada dessas palavras, temos a forma do alomorfe delas que deve entrar na flexão de número: /pani/ e /leoni/, que na verdade são /pane/ e /leone/, já que em nenhum dos dois casos a vogal final é tônica (uma observação: em posição átona final, a maioria dos falantes do português brasileiro escreve *-e* mas pronuncia /i/ sistematicamente...).

Vamos então ver exatamente como é o alomorfe: em ambos os casos, a consoante nasal deixa de existir mas antes disso transfere sua nasalidade para a vogal da sílaba anterior, fornecendo as formas /pãe/ e /leõe/. Basta agora adicionar o morfema de plural! Muito complicado? Veja em (9) abaixo o esquema dos passos de construção desses alomorfes:

(9) a. pão → [pane] → [pãe] + -s → pães
b. leão → [leone] → [leõe] + -s → leões

Ah, é preciso ainda dizer que (8c)/(9b) é a estrutura mais comum no português – puxa vida! Justo essa? Não podia ser (8a)? – e então essa você teria que explicar direitinho para o marciano. Difícil? Não! Seguramente você já pode construir os alomorfes pra ele ver!

Ufa! Tudo isso pra mostrar que o morfema de plural se aplica de a todos os elementos nominais da língua! Vamos para o próximo critério.

2. *A obrigatoriedade do processo*: na seção passada mostramos que a expressão morfológica de número não é opcional para o falante. Dada a oposição morfológica que se faz na língua entre um único ser e mais de um, não há como fazer referência a vários seres sem lançar mão da marca de plural, e nem como falar de um só indivíduo sem utilizar a forma do singular.

É certo que existem substantivos coletivos, como *rebanho* (de ovelhas) ou *arquipélago* (de ilhas), que mesmo sendo singulares na forma fazem referência a um conjunto de seres; mas aqui é importante ressaltar que a referência é ao conjunto, visto então como uma unidade (singular, portanto), e que também essas palavras podem ter plural em *-s*: *rebanhos*, *arquipélagos*. A conclusão permanece: a expressão de número é obrigatória.

3. *A existência do fenômeno de concordância*: a concordância é uma propriedade da sintaxe, pois, para ser possível falar de concordância de uma coisa com outra coisa, é necessário que estejamos dentro de uma estrutura complexa com os itens agrupados hierarquicamente de alguma forma. Dito de maneira mais simples, não é possível falar de concordância olhando uma palavra isoladamente; apenas na relação que mantém com outras é que pode se revelar se a sua forma é ou não ditada pela forma de outras palavras presentes naquela estrutura.

É verdade que tem que haver um "pontapé inicial", digamos assim: a forma singular ou plural do núcleo da expressão nominal (o termo determinado para Mattoso Camara Jr.) é escolhida pelo falante e depende do que exatamente ele quer falar. Vamos dizer que este pontapé inicial é dado pelo contexto discursivo, entendido este termo de maneira bem larga. A questão agora é que, uma vez escolhido o núcleo da construção, a forma dos outros elementos nominais deve necessariamente se adequar à forma do núcleo: se esta é uma forma singular, todos os outros elementos do grupo nominal devem aparecer no singular; se esta forma é plural, todas as outras formas devem estar no plural. Um exemplo desse fenômeno foi dado em (3). Mas podemos dar outros exemplos que mostrem que, em certas construções sintáticas, mesmo elementos que estão fora do grupo nominal devem concordar com ele em número:

(10) a. Os meninos inteligentes estão cansados

b. Os meninos chegaram atrasados

Já falamos que a existência de um paradigma de formas é uma característica dos sistemas flexionais. Há casos de sistemas muito ricos, como o sistema verbal do português, mas há também casos em que ele parece nem existir, de tão pobre que é. Na expressão morfológica de número, só temos a marca *-s* de plural. Como reconhecemos o singular?

Camara Jr. (1970:72) tem uma resposta muito interessante para esta questão: sempre que for possível construir um par de formas com a mesma palavra, de tal modo que numa delas exista um morfema visível e na outra não exista marca nenhuma, mas exatamente essa ausência de marca seja interpretada como expressão da propriedade complementar da forma marcada, estamos frente a uma instância do morfema zero, representado por O.

Não ficou muito claro o que o Mattoso Camara disse? Então vamos dizer outra vez a mesma coisa utilizando o exemplo da expressão de número em português, em (11) abaixo:

- (11) a. menino - O b. azul - O c. pão - O
 menino - s azui - s pãe - s

Em cada um desses pares, o que vemos é que em uma palavra existe uma marca visível (que é o *-s*) e na outra palavra não existe nada, mas o fato mesmo de não ter nada na outra nos faz interpretar essa outra palavra de uma certa maneira: se a forma com a marca *-s* tem a interpretação de plural, a forma não-marcada tem a interpretação da propriedade complementar ao plural, que é o singular. Ou, dizendo ainda de outro modo, a ausência de marca é significativa aqui: ela significa singular! O que estamos dizendo é que sabemos que *menino* é singular porque se fosse plural teria *-s* no final, não é verdade? Então, sempre que estivermos frente a uma oposição dessa natureza, vamos dizer que o lugar onde não vemos nenhum morfema (o singular, no nosso caso) está ocupado por um morfema O, que é um morfema como *-s* mas não tem forma fonética nenhuma.

Portanto, a expressão morfológica de número desencadeia concordância e também dispõe de um paradigma, bastante simples, é verdade, mas que opõe uma forma O a uma forma *-s*. Fechando a discussão desta seção, podemos concluir que a expressão morfológica de número nos nominais é um mecanismo flexional no português, pois é regular, é obrigatória, dispõe de um paradigma (ainda que modesto) e desencadeia concordância dentro do sintagma nominal (e mesmo fora dele em alguns casos), ao menos no português padrão.

2.2.2 A flexão de gênero é mesmo flexão?

Vejamos agora o que dizem os critérios quanto à morfologia de gênero no português.

1. *A regularidade do processo*: para Camara Jr. (1970), um processo poder se aplicar a todas as palavras de uma certa classe é indício de que estamos frente à flexão; caso contrário, trata-se de derivação, não é verdade? Épa, então a coisa aqui vai se complicar. Quer ver por quê?

O gênero em português expressa uma oposição entre masculino e feminino que se relaciona apenas longinquamente ao sexo biológico. A relação é longínqua por várias razões: em primeiro lugar, porque todos os substantivos do português têm um gênero mas nem todos os seres existentes no mundo, designados pelos substantivos da língua, têm sexo: *mesa* tem gênero feminino – e nós sabemos disso porque todos os termos determinantes (artigo, adjetivo, ...) que compõem o seu grupo nominal devem necessariamente aparecer no feminino (*uma mesa bonita*); mas seria muito imaginativo dizer que as mesas são do sexo feminino! Além do mais, se houvesse qualquer conexão necessária entre gênero das palavras e sexo, não seria esperado encontrar variação nas línguas quanto ao gênero, já que em princípio o sexo seria o mesmo: *mesa* é uma palavra feminina em português, mas *tavolo* é uma palavra masculina em italiano, e não há razão para supor que as mesas são diferentes aqui e na Itália!

E mesmo quando as palavras designam seres sexuados no mundo, nem sempre o gênero vai corresponder diretamente ao sexo: *testemunha*¹⁸ é uma palavra de gênero feminino, quer se refira a um homem, quer a uma mulher. E temos ainda o caso dos substantivos epicenos¹⁹: *cobra* é sempre uma palavra feminina, mas se quisermos fazer referência ao sexo, falamos em *cobra fêmea* ou *cobra macho*. Note bem: *macho* e *fêmea* fazem referência ao sexo, não ao gênero! O que é certo é que todos os substantivos do português têm um gênero definido, mas sabemos disso observando o gênero dos termos determinantes que aparecem ao seu lado, isto é, pela concordância. Não há nada na forma nem no significado dos substantivos que indique de forma inequívoca o seu gênero.

¹⁸ Segundo a GT de Cunha e Cintra (2001:195) "chamam-se **sobrecomuns** os substantivos que têm um só gênero gramatical para designar *pessoas* de ambos os sexos", como (*a*) *testemunha* ou (*o*) *carrasco*.

¹⁹ Segundo Cunha e Cintra (2001:195), "denominam-se **epicenos** os nomes de *animais* que possuem um só gênero gramatical para designar um e outro sexo".

É verdade que uma grande parte dos substantivos terminados em *-o* é masculina e a maioria dos terminados em *-a* é feminina, mas temos coisas como *(um) planeta*, por um lado, e *(uma) tribo*, por outro. Além do mais, temos substantivos como *professor*, *mestre*, *lápiz* ou *afã* que não terminam nem em *-o* nem em *-a*, de modo que para eles não é possível prever nada. O pior de tudo é que não é possível dizer que todos os substantivos da língua se flexionam em gênero: isso é verdade para os pares *menino-menina*, *peru-perua*, mas não existe nenhum substantivo na língua que possa fazer par com *criança*, *mesa* ou *idéia*. Parece então que não é possível dizer que a flexão de gênero tem regularidade no português. Ih...

Mas existem, sim, palavras que admitem flexão de gênero. Camara Jr. (1970) supõe que o masculino é a forma não marcada, como o singular na expressão de número, e que o feminino se faz pelo acréscimo do sufixo flexional *-a*. Assim, temos os pares em (12) abaixo:

- (12) a. lob(o) +a = loba
 b. autor +a = autora
 c. peru +a = perua

Porém, há casos também de alomorfia da base que devem ser analisados. Por exemplo, as palavras que terminam em *-ão* (outra vez!) merecem atenção especial. Não, não precisa coçar a cabeça: agora elas já são nossas conhecidas e não vão dar muito trabalho! Novamente, devemos analisar três casos, exemplificados em (13) abaixo²⁰:

- (13) a. leão → leoa
 b. valentão → valentona
 c. órfão → órfã

Lembre que *leão* tomava um alomorfe para fazer o plural, que era [leone]. Este mesmo alomorfe será também usado para fazer o feminino, mas aqui será necessário eliminar a sílaba com a consoante nasal (*-ne-*), para então adicionarmos o morfema do feminino:

- (14) leão → [leone] → [leo] + -a → leoa

²⁰ Novamente, a título de curiosidade, consulte uma gramática tradicional para ver como os gramáticos lidam com esse problema. Você verá que, a rigor, o que eles apresentam é uma lista a ser decorada.

Por seu turno, os sufixos aumentativos *-ão* têm um alomorfe *-on*, que deve substituir o sufixo original na palavra a ser flexionada, e o feminino se faz pela adição de *-a* a *-on*:

(15) valentão → [valenton] +a → valentona

O caso mais simples é *órfão*, que mantém intacto no feminino o alomorfe [orfan], que se vê em *orfanato*):

(16) órfão → [orfan] → órfã

Viu que fácil?

Há outros casos que não eram problema para a flexão de plural mas que agora colocam algum problema para a flexão de gênero; por exemplo, o par *uropeu/européia*. Mas o raciocínio é sempre o mesmo: é preciso examinar algum derivado de *uropeu* para ver se há alomorfes; se tomarmos uma palavra como *uropeizante*, vemos que há um alomorfe que apresenta /i/ no lugar de /u/; é a esse alomorfe que se associa o morfema de feminino *-a*:

(17) europeu → [europei] + a → européia

O que acontece de especial nesta formação é a abertura da vogal /e/: em *uropeizante* ela é pronunciada fechada, mas em *européia* ela se pronuncia aberta. No entanto, este fenômeno acontece também com outros casos, e não é só na presença do morfema de feminino; também com o morfema de plural observamos fenômeno semelhante com a vogal /o/ – vamos representar a vogal fechada como [ô] e a aberta como [ó]:

(18) a. olho [ôlhu] → olhos [ólhus]
b. formoso [formôsu] → formosa [formósa]

Possivelmente você observou uma coisa interessante em tudo o que foi dito até agora: para saber como é uma forma na língua, é preciso conhecer outras palavras para poder comparar os morfemas e poder estabelecer quais são os alomorfes disponíveis, não é verdade?

2. *A obrigatoriedade do processo*: vamos começar esta discussão com dados estatísticos: segundo uma pesquisa reportada em Rocha (1999:196), 95,5% dos substantivos no *corpus*

examinado fazem referência a seres não sexuados e, dos 4,5% restantes, nem todas as palavras se flexionam em gênero – são palavras como *criança*, *homem* e *jacaré*.

Assim, só podemos falar de obrigatoriedade da flexão de gênero nesses 4,5%, porque para os outros 95,5% a questão não se coloca – o processo morfológico para eles não é possível (ou não faz o menor sentido: o que seria *o meso*?). Bom, a questão é que nem para os 4,5% a flexão é obrigatória, pois muitos nomes não têm a flexão de gênero, ainda que aqui faça sentido: seria perfeitamente possível termos o par *jacaré*/**jacaróa*, não é verdade?

Um ponto importante para notar é que, para os itens lexicais que aceitam o processo flexional, ele é definitivamente obrigatório: ninguém pode falar *o meu gato fêmea*, a não ser que queira ofender o bichinho, você concorda? Como o processo de flexão morfológica é possível neste caso, não há opção: somos obrigados a dizer *a gata*.

Além disso, exatamente como no caso da expressão de número, qualquer substantivo da língua deve ser ou do gênero masculino ou do gênero feminino (do mesmo modo que deve ser ou singular ou plural). Portanto, mesmo se o processo morfológico de transformar um gênero no outro não é generalizado na língua, a expressão de algum gênero no substantivo é!

Será que essas observações são suficientes para decidirmos considerar o gênero um processo flexional pelo critério da obrigatoriedade? Por agora vamos deixar essa pergunta sem resposta; mais tarde voltaremos a ela.

3. *A existência de concordância*: quando discutimos o problema da flexão de número, chamamos a sua atenção para o fato de que concordância é um fenômeno fundamentalmente sintático, o que quer dizer que é só olhando para uma sentença ou, no mínimo, para um grupo nominal que é possível saber se existe algum tipo de concordância desencadeada ali. No caso da expressão do gênero, é ainda mais clara a necessidade de olharmos ao menos o grupo nominal em que está inserido o nome do qual queremos saber o gênero, já que esta informação advém exatamente da concordância desencadeada por ele em outros itens, que portam marcas formais claras de gênero: a gente só sabe qual é o gênero de um substantivo que a gente nunca viu antes quando olha a forma do artigo que o acompanha, certo?

A concordância é, portanto, a maior fonte de informação que temos do gênero dos substantivos: basta olharmos para a forma do artigo definido, por exemplo, que se combina com ele: se o artigo é *a*, estamos frente a um substantivo de gênero feminino; se o artigo que o acompanha é *o*, não resta dúvida de que se trata de um substantivo do gênero masculino. Assim, *mabole* é do gênero masculino, já que é o *mabole*, e tanto faz o que isso significa!

Também no caso da flexão de gênero, a concordância pode escapar dos limites do grupo nominal e atingir outras partes da sentença, dependendo do tipo de construção:

(19) A bela menina solteira estava apaixonada

E podemos construir um paradigma de formas responsável pela flexão de gênero nos casos em que ela é possível. Claro, também aqui o paradigma é bastante reduzido e opõe duas formas: a do masculino e a do feminino. Que formas são essas? No artigo definido vimos que as formas são respectivamente *o* e *a*. Mas e nos substantivos? Serão as mesmas? Será que as palavras com flexão de gênero têm o masculino terminado em *-o* e o feminino em *-a*?

Retomemos os exemplos dados: *lob(o)+a = loba*; *autor+a = autora*; *peru+a = perua*. Note que a forma do masculino não é sempre terminada em *-o*, mas a do feminino é sempre terminada em *-a*, razão pela qual devemos assumir que de fato a marca do feminino é *-a*. E qual é a marca do masculino? Vamos hipotetizar que se trata do morfema O, uma hipótese plausível quando vemos os pares *autor/autora* e *peru/perua*. E o que dizer do *-o* de *menino* ou do *-a* de *rosa* ou *planeta*? Camara Jr. (1970) responde: trata-se de uma **vogal temática**, um morfema classificatório que, como no caso dos verbos, separa os nomes em classes²¹.

Observe que as vogais temáticas desaparecem em pares como: *menino/menina* e *mestre/mestra*. Aqui acontece o mesmo que vemos nos mais variados processos de sufixação: quando juntamos um sufixo qualquer que comece com vogal (tônica ou átona) a uma palavra que termina em vogal átona – a vogal temática –, há a queda desta vogal na palavra:

- (20) a. casa + eiro → [cas(a)eiro] → caseiro
 b. menino + ada → [menin(o)ada] → meninada
 c. menino + a → [menin(o)a] → menina
 d. mestre + a → [mestr(e)a] → mestra

É bastante plausível, assim, tomar o morfema O como a marca de masculino:

- (21) a. [meninoO] + -a → [menin(o)a] → menina
 [mestreO] + -a → [mestr(e)a] → mestra

²¹ Para Mattoso Camara Jr (1970), as vogais temáticas nominais do português são três: *-a-*, *-e-* e *-o-*, todas átonas finais, como nas palavras *rosa*, *dente* e *conto*. Os nomes terminados em vogais tônicas, como *jacaré* e *urubu*, serão atemáticos. Os nomes terminados em consoantes, como *mar*, tem uma vogal temática "teórica", segundo Mattoso, que só aparecem em certos alomorfes, como no que faz o plural: *mares*.

Cabe uma última observação não exatamente sobre a flexão de gênero, mas sobre os modos de indicar o sexo do ser de quem se fala. Muitas vezes, essa indicação não se faz com base no processo morfológico de flexão de gênero que acabamos de examinar, mas por outros meios, sejam eles sufixos derivacionais, como em *abade/abadessa*, *ator/atriz*, *galo/galinha*, ou lançando mão diretamente de formas **supletivas**, como em *homem/mulher*. Em nenhum desses casos, no entanto, estamos autorizados a falar de "flexão de gênero" ²².

Fechando a discussão desta seção, podemos concluir que a expressão morfológica de gênero tem características diferentes da de número. Em particular, dos três critérios aventados – regularidade, obrigatoriedade e concordância – o primeiro deles não parece ser respeitado, porque se observa que é um número muito restrito de elementos da língua que permite efetivamente a flexão de gênero. Assim, não é possível dizer que o processo é regular para a grande massa de itens relevantes, como é a flexão de número. Por outro lado, pode-se considerar a obrigatoriedade como uma característica da expressão de gênero se observarmos que sempre que a flexão é possível ela é obrigatória, mas sobretudo se entendermos que a expressão de algum gênero é sempre obrigatória para os nomes do português.

A expressão de gênero só é um processo indiscutivelmente flexional pelo terceiro critério, que é a existência da concordância, desencadeada dentro do grupo nominal e, em alguns contextos sintáticos, mesmo fora dele. Portanto, se quisermos considerar o gênero como flexão do português, é ao critério da concordância que devemos dar o poder de decisão. Veremos a seguir a importância dessa conclusão.

2.2.3 A suposta flexão de grau

Vamos agora analisar a suposta flexão de grau ²³ que, segundo a GT, é exclusiva dos adjetivos no português. O processo em discussão é aquele que permite a expressão, por meio

²² Chamam-se formas supletivas àquelas formas desvinculadas morfológicamente uma da outra, mas que representam pares de categorias que podem ser expressos flexionalmente na língua. Um exemplo seria o par *homem - mulher* ou o par *genro - nora*. Contudo, Mattoso Camara Jr. observa que a relação que os elementos destes pares mantêm entre si não é morfológica mas apenas semântica e é por isso que não se pode falar de "flexão de gênero" nesses casos.

²³ A gramática tradicional (cf. por exemplo Cunha e Cintra 2001:250) entende que o adjetivo se flexiona em gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (comparativo e superlativo). A descrição do grau, no entanto, é fundamentalmente diferente da descrição de gênero e número, já porque todos os nomes da língua ou estão no masculino ou no feminino e ou estão no singular ou estão no plural, mas o adjetivo não precisa estar em grau nenhum. Dito de outro modo, quando em português escolhemos um adjetivo como *bonito*, devemos obrigatoriamente atribuir a ele alguma marca de gênero (no caso, masculino) e de número (no caso,

de um sufixo, do alto grau da qualidade que o adjetivo veicula. Os exemplos são do tipo *tristíssimo* (triste em alto grau), *facílimo* (fácil em alto grau) ou *paupérrimo* (pobre em alto grau). A estas formas, a gramática tradicional dá o pomposo nome de "superlativo absoluto sintético". Aplicaremos nossos critérios a elas para saber se estamos de fato frente à flexão.

1. *A regularidade do processo*: não há dúvida de que a formação do superlativo absoluto sintético é bastante regular: praticamente qualquer adjetivo admite aparecer nesta forma, mesmo que para isso precise tomar alomorfes estranhos, como em *paupérrimo*. Existem certas exceções, é verdade, como **bonitíssimo*, uma impossibilidade sem razão aparente. Mas seria razoável afirmar que a formação é fundamentalmente possível para todos os adjetivos.

2. *A obrigatoriedade do processo*: parece indiscutível que, em português, o uso de um processo morfológico para expressar o alto grau de uma qualidade é completamente opcional, pois todo o sistema de comparação, no qual o alto grau está inserido, é um processo sintático em português, não um processo morfológico, como veremos a seguir.

Para Camara Jr. (1970:83), analisar o grau como flexão é fruto da "transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática". Para entender o que isso quer dizer, é preciso saber um pouquinho de latim, a língua-mãe do português.

Como explica o próprio Mattoso Camara Jr, em latim o morfema *-issimus* fazia parte de um paradigma ao qual também pertencia o morfema *-ior*, responsável pela expressão da "comparação de superioridade"; a *-issimus* cabia, neste sistema, a expressão da superioridade absoluta. Este sistema está exemplificado em (22) – em latim, com tradução em português!

(22) a. homo felix b. homo felic-ier lupo c. homo felic-issimus animalium
 /homem feliz/ /homem feliz-mais lobo/ /homem felic-íssimo animal/

Em português, a expressão morfológica do comparativo de superioridade só existe em dois pares de adjetivos: *grande/pequeno*, que exibem as formas comparativas *maior/menor* (por supleção, mas se vê *-(i)or* ali no finalzinho); e *bom/mau*, que com as formas *melhor/pior*. Para a maioria absoluta de adjetivos dessa língua, as três construções em (22) são diferentes:

singular), mas não devemos escolher para ele algum dos dois graus existentes: comparativo ou superlativo. Além disso, ainda que a GT entenda que também o substantivo possa expressar morfológicamente o grau aumentativo ou diminutivo, nenhuma GT defende que este também seja um caso de flexão: em todas as GTs, os sufixos de diminutivo e aumentativo são apresentados na parte que trata da derivação, não da flexão.

- (23) a. o homem (é) feliz
b. o homem é mais feliz (do) que o lobo
c. o homem é o mais feliz dos animais

Qual é a diferença exatamente entre essas línguas? Em latim, a comparação se faz via um mecanismo morfológico, pela troca de morfemas no adjetivo (sublinhados em (22) acima), mas em português a comparação se faz por um expediente sintático: ... *mais do que* ... expressa a comparação de superioridade e ... *o mais ... de todos* ... expressa a superioridade absoluta. Nenhuma das duas construções envolve a morfologia em português.

É importante notar que, em latim, a forma morfológica do superlativo também podia ser usada para expressar a intensificação de uma qualidade: *homo felicissimus* podia significar simplesmente "homem muito feliz", mas esse uso não estava dentro do sistema comparativo. O paradigma comparativo se perdeu na passagem do latim ao português; esse uso suplementar foi o único que sobreviveu e, por conta dele, os gramáticos portugueses supuseram que também nesta língua os diversos graus comparativos são um tipo de flexão.

Aliás, as GTs do português admitem que a expressão do superlativo absoluto tem duas formas distintas: a forma sintética (isto é, a forma morfológica) faz uso dos morfemas *-íssimo*, *-érrimo* ou *-ílimo*; e a forma analítica (a forma vernácula, pois utiliza a sintaxe) se faz com um advérbio de intensidade como *muito* ou *imensamente*; assim, ao lado de *facilimo* existe *muito fácil*, sem diferença de significado. E a escolha é uma questão de estilo pessoal, pois não existe nenhum contexto sintático ou discursivo que obrigue o uso de uma das formas.

Portanto, sobre a obrigatoriedade do grau temos a dizer que a expressão morfológica do alto grau de uma qualidade é completamente opcional para o falante de português, e por isso não se pode dizer que a expressão de grau no adjetivo, com base no critério da obrigatoriedade, seja um processo flexional.

3. *A existência do fenômeno de concordância*: para podermos examinar se a expressão do grau no adjetivo desencadeia concordância em outros elementos que estejam participando do mesmo sintagma nominal do adjetivo, é preciso definir antes de mais nada o que seria grau para o substantivo ou para outros elementos como artigos, pronomes possessivos, etc.

Note que, como caso geral, é o núcleo do sintagma nominal que determina a forma dos outros elementos e que o adjetivo nunca é núcleo da construção nominal, salvo quando atua

como substantivo, caso em que não pode estar no superlativo absoluto sintético: pode-se dizer *o brasileiro que morava em Chicago* mas não **o brasileiríssimo que morava em Chicago*.

A segunda observação é que artigos (como *o* ou *uma*), pronomes possessivos (como *meu* ou *deles*), pronomes demonstrativos (como *este* ou *aquelas*) e pronomes indefinidos (como *alguns* ou *nenhuma*) não podem expressar grau. A única outra categoria nominal que pode expressar algo semanticamente semelhante ao grau é o substantivo, nas formações de aumentativo (*cachorro/cachorrão*) e diminutivo (*casa/casinha*). Porém, a GT considera que estes são casos de derivação, não flexão, exatamente porque, embora as formas morfológicas sejam regulares, o uso delas não é obrigatório e elas jamais desencadeiam concordância:

- (24) a. Eu tenho um cachorrão inteligentíssimo
b. Eu tenho um cachorro grande muito inteligente
c. Eu tenho um cachorro grande inteligentíssimo
d. Eu tenho um cachorrão muito inteligente

(24) mostra que o uso do "grau morfológico", digamos assim, seja no adjetivo seja no substantivo, além de não ser obrigatório, nunca desencadeia concordância no outro elemento nominal: todas as combinações de "grau morfológico" e "grau sintático" (isto é, expresso por uma construção sintática) são possíveis. Portanto, não existe concordância de grau em português e assim grau não atende ao critério da concordância para ser considerado flexão.

Fechando a discussão sobre flexão nominal, temos que, se tomarmos os critérios definidos com base em Camara Jr. (1970), só a expressão do número nos nomes pode ser indiscutivelmente considerada flexão, porque é regular, é obrigatória e desencadeia flexão. A expressão do gênero já não é regular, só é obrigatória numa pequena parte do conjunto de substantivos, mas desencadeia concordância em todo o grupo nominal e até mesmo fora dele. Por outro lado, o grau só tem a propriedade de ser regular, porque não é nem obrigatório nem desencadeia nenhum tipo de concordância no grupo nominal. E agora? Só número é flexão nominal? Vamos estudar as flexões verbais antes de decidir como responder a esta questão!

LEITURAS RECOMENDADAS: Camara Jr. (1970), cap. X, seções 38 e 40, e cap. XI.

2.3 Flexão verbal²⁴

Vamos começar a discussão sobre a morfologia verbal examinando (25) abaixo:

(25) (nós) cantávamos (aos sábados).

A interpretação dessa frase é que nós – isto é, eu e mais alguma(s) pessoa(s) – executamos a ação de cantar no passado e, ainda, que isso era uma coisa que acontecia regularmente, aos sábados, por exemplo. Vamos deixar de lado por agora essa estória de o evento acontecer de maneira regular; voltaremos a ela na última seção do capítulo. Aqui, o importante é que os elementos que estão entre parênteses em (25) podem não estar presentes na frase e ainda assim a interpretação é a de que um grupo de pessoas que me inclui executou a ação de cantar no passado. Portanto, essas informações estão presentes na forma verbal em si, podendo ser reforçadas ou detalhadas por outros elementos da sentença como "nós" e "aos sábados".

Vê-se imediatamente que a forma *cantávamos* é morfologicamente complexa, porque conhecemos as formas *cantei*, *cantaremos* e várias outras que estão no paradigma em (2), não é mesmo? Mas como determinar exatamente quais são os morfemas que a constituem? Se você retomar o começo deste material, lá está a idéia: trata-se de uma técnica desenvolvida pelos lingüistas estruturalistas, a técnica da **comutação**, que consiste basicamente na troca das diferentes partes da palavra por outras que possam ocupar o mesmo lugar; porém, é fundamental que a troca acarrete mudança de significado, para termos certeza de que não se trata de um alomorfe. Quer ver como funciona a brincadeira? Observe (26):

(26)	a.	(nós) cantávamos	(eles) cantavam	(ele) cantava
	b.	(nós) cantávamos	(nós) cantaremos	(nós) cantássemos
	c.	(nós) cantamos	(nós) vendemos	(nós) abrimos

²⁴ A morfologia verbal é a morfologia flexional mais rica que o português apresenta. Cunha e Cintra (2001:380) afirmam que “o verbo apresenta as variações de número, de pessoa, de modo, de tempo, de aspecto e de voz”. Teremos a oportunidade de examinar detalhadamente as flexões de número e pessoa e tempo e modo. Sobre aspecto, faremos um breve estudo no final deste capítulo. A respeito de **voz**, Cunha e Cintra (2001:385) afirmam que “o fato expresso pelo verbo pode ser representado de três formas”:

a) como praticado pelo sujeito, caso em que se diz que o verbo está na **voz ativa**, como na sentença *João feriu Pedro*.

b) como sofrido pelo sujeito, caso em que se diz que o verbo está na **voz passiva**, como na sentença *Pedro foi ferido por João*

c) como praticado e sofrido pelo sujeito, caso em que o verbo está na **voz reflexiva**, como em *João feriu-se*

Não faremos nenhuma observação sobre vozes verbais neste nosso estudo.

Vamos começar com (26a): podemos afirmar que o que responde pela informação de "nós" em *cantávamos* é o morfema *-mos*, porque quando trocamos este morfema por outro, o morfema *-m*, por exemplo, o que resulta na forma *cantavam*, a informação agora é eles (ou elas) executaram a ação de cantar no passado; e se não temos nada com matriz fonética ali, como na forma *cantava*, a informação veiculada pode ser de que ele ou ela executou a ação de cantar no passado, certo? Portanto, *-mos*, *-m* e O, isto é, o nosso velho conhecido morfema zero, são responsáveis pela informação relativa a quem executa a cantoria.

Contudo, note que cada um destes morfemas veicula ao mesmo tempo duas idéias diferentes: uma é a de pessoa do discurso – a 1ª pessoa é a que fala, a 2ª é com quem se fala e a 3ª é a que não é nem a 1ª nem a 2ª; a outra é a idéia de número: uma só pessoa ou mais de uma? A diferença entre *nós* e *eles* é de pessoa (1ª *versus* 3ª), mas a diferença entre *ele* e *eles* é de número (singular *versus* plural). Ao contrário da morfologia nominal (em que, por exemplo, o morfema utilizado para a expressão do plural, *-s*, só expressa o plural), vê-se que a morfologia verbal exhibe **cumulação**: o mesmo morfema veicula várias informações: *-mos*, por exemplo, quer dizer "1ª pessoa" e "plural" e O, quer dizer (no nosso exemplos) "3ª pessoa" e "singular". Dizemos então que esses são **suffixos número-pessoais** ²⁵.

Assim, a forma *cantávamos* tem pelo menos uma divisão em morfemas: *cantáva-mos*. Olhando agora (26b) podemos identificar mais um elemento que constitui esta palavra: comparando *cantávamos* com *cantaremos*, vemos que a diferença está em que, no caso de *cantávamos*, o evento de cantar se dá no passado, mas no caso de *cantaremos* este evento vai se dar no futuro. Podemos então isolar um segundo morfema desta palavra: *-va-* e *-re-*, o primeiro responsável pela idéia de passado e o segundo responsável pela idéia de futuro.

Mas qual é a diferença entre *cantávamos* e *cantássemos*? Veja as sentenças em (27):

²⁵ Segundo Cunha e Cintra (2001:380), as variações de número e de pessoa podem ser descritas separadamente do seguinte modo:

- **número**: "como outras palavras variáveis, o verbo admite dois números: o *singular* e o *plural*", como mostram os exemplos: *estudo, estudas, estuda* (singular) e *estudamos, estudais, estudam* (plural).

- **pessoa**: "o verbo possui três pessoas relacionada diretamente com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito.

1. A primeira é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais *eu* (singular) e *nós* (plural): *estudo, estudamos*

2. A segunda é aquela a quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *tu* (singular) e *vós* (plural): *estudas, estudais*

3. A terceira é aquela de quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *ele, ela* (singular) e *eles, elas* (plural): *estuda, estudam*."

Chamamos a sua atenção para o fato de que em português estas duas noções aparecem cumuladas no mesmo morfema.

- (27) a. (A Maria achou que) nós cantávamos na igreja
 b. A Maria lamentou que nós cantássemos na igreja

Note que em (27a) pode faltar a frase colocada entre parênteses e assim "nós cantávamos na igreja" pode ser uma sentença independente; este não é o caso de (27b): "nós cantássemos na igreja" não é uma oração independente bem formada em português. Portanto, tanto a forma *cantávamos* quanto a forma *cantássemos* dão a idéia de um evento ocorrido no passado, mas *cantássemos* só pode ocorrer em contextos especiais, selecionados por algum predicador matriz, jamais como uma sentença independente. Distinguimos as situações pelo conceito de **modo** verbal²⁶: dizemos que *cantávamos* está no modo **indicativo**, que é o modo das sentenças independentes no português, ao passo que *cantássemos* está no modo **subjuntivo**, que é o modo que só aparece em contextos especiais, em geral dependentes de algum predicador matriz. Há ainda o modo **imperativo**, responsável pela expressão de ordens no português.

Chamamos de **sufixos modo-temporais**²⁷ aos morfemas como *-va-*, *-re-*, *-sse-*. E estes não são os únicos, dado que estamos em um paradigma robusto: no par *cantavam/cantam*, a

²⁶ Segundo Cunha e Cintra (2001), "chamam-se *modos* as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia. Há três modos no português: o *indicativo*, o *subjuntivo* e o *imperativo*."

²⁷ Também aqui Cunha e Cintra (2001:381) entendem que as variações de tempo e modo podem ser descritas separadamente, ainda que a interação entre elas apareça claramente nos esquemas propostos pelos autores:

- **tempo**: "é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo. Os três tempos naturais são o *presente*, o *pretérito* (ou *passado*) e o *futuro*, que designam, respectivamente, *um fato ocorrido no momento em que se fala*, *antes do momento em que se fala* e *após o momento em que se fala*."

O presente é indivisível, mas o pretérito e o futuro subdividem-se no modo indicativo e no modo subjuntivo, como se vê no seguinte esquema:

Indicativo:	{	Presente	{	<i>estudo</i>			
		Pretérito	Imperfeito:	{	<i>estudava</i>		
			Perfeito	{	simples:	<i>estudei</i>	
				{	composto:	<i>tenho estudado</i>	
			Mais que perfeito:	{	simples:	<i>estudara</i>	
		{		composto:	<i>tinha estudado</i>		
		Futuro	{	do presente	{	simples:	<i>estudarei</i>
			{	do pretérito	{	composto:	<i>terei estudado</i>
					{	simples:	<i>estudaria</i>

diferença de significado se resume ao fato de *cantavam* passar a idéia de passado e *cantam* a de presente, o que sugere que estas formas devem se analisar como *canta-va-m* e *canta-O-m*, sendo *-va-* o responsável pela idéia de pretérito e *-O-* o responsável pela idéia de presente.

Finalmente, tomemos verbos quaisquer do português para observar uma coisa muito interessante: *escrever, repor, anotar, ler, colocar, pôr, abrir, fechar, sair, vender, compor*. Olhe bem: todos eles terminam em *-r*, que é a marca do infinitivo do verbo. Mas antes do *-r* só podem aparecer três vogais: *-a-*, *-e-* ou *-i-*, o que também vemos em (26c); *-o* só aparece no caso de *pôr* e seus derivados (*compor, repor*) e *-u-* não aparece jamais, certo? Às vogais *-a-*, *-e-* e *-i-* damos o nome de **vogais temáticas**. Como no caso dos nomes, ela não veiculam qualquer informação extra-lingüística específica, mas elas determinam a divisão dos verbos em **conjugações**. Elas não seriam desinências se as conjugações não diferissem entre si morfologicamente. Porém, (28) abaixo mostra que há pelo menos uma diferença importante entre elas, quando os verbos estão conjugados no pretérito imperfeito do modo indicativo:

(28)	<i>cantar</i>	<i>vender</i>	<i>abrir</i>
Eu	cantava	vendia	abria
Tu	cantavas	vendias	abrias
Ele	cantava	vendia	abria
Nós	cantávamos	vendíamos	abríamos
Vós	cantáveis	vendíeis	abríeis
Eles	cantavam	vendiam	abriam

		composto: <i>teria estudado</i>
Subjuntivo:	{ Presente	{ <i>estude</i>
	{ Pretérito	{ Imperfeito: <i>estudasse</i>
		{ Perfeito: <i>tenha estudado</i>
		{ Mais que perfeito: <i>tivesse estudado</i>
{ Futuro	{ simples: <i>estudar</i>	
	{ composto: <i>tiver estudado</i>	
Imperativo:	{ Presente:	<i>estuda</i> (tu), <i>estude</i> (você), <i>estudemos</i> (nós), <i>estudai</i> (vós), <i>estudem</i> (vocês)

O que (28) nos mostra é que o morfema que expressa "pretérito imperfeito do indicativo" é um se o verbo pertence à 1ª conjugação mas é outro nas outras duas: o morfema utilizado é *-va-* no primeiro caso e *-ia-* no segundo. Portanto, as vogais temáticas são parte importante da morfologia verbal, o que nos leva a identificar na forma *cantávamos* mais uma divisão de morfemas: *cant-a-va-mos*. E fazendo isso chegamos ao último morfema que está presente também em qualquer forma verbal: o morfema lexical do verbo, seu **radical**, responsável pela significação específica que o verbo expressa: *cant-*, *vend-* e *abr-* em (26c).

Para Camara Jr. (1970:104), a "fórmula" de um verbo no português é a seguinte:

(29) T (R + VT) + SF (SMT + SNP)

O que isso quer dizer? Exatamente o que acabamos de ver: a organização linear dos morfemas no verbo do português se faz colocando primeiramente o que Mattoso Camara Jr. chama de tema do verbo (isto é, o seu radical seguido pela yogal temática que indica a sua classe) e adicionando a ele os sufixos flexionais (de dois tipos no português, que devem se apresentar na seguinte ordem: primeiro o sufixo modo-temporal e depois o sufixo número-pessoal).

É preciso ainda dizer que, por uma série de razões, pode acontecer de uma mesma forma verbal acabar veiculando informações diferentes: por exemplo, *cantava* é a forma que expressa a 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo, mas é também a forma que expressa a 1ª pessoa do singular deste mesmo tempo e modo. Camara Jr. (1970:74) trata o problema como um caso de "neutralização no plano mórfico", mas há quem dê o nome de **sincretismo** a este fenômeno. E isso é um problema? Não, diz Camara Jr, porque o contexto lingüístico ou extra-lingüístico se encarrega de desfazer a ambigüidade.

Já é tempo então de irmos aplicar aos morfemas que acabamos de identificar nesta seção os critérios que Camara Jr. nos sugeriu para diferenciar flexão de derivação.

2.3.1 A expressão de número e pessoa

1. *A regularidade do processo*: é inegável que a expressão do número e da pessoa na morfologia verbal se faz de maneira extremamente regular. Há, no entanto, certas exceções, algumas previsíveis, outras não tanto. Por exemplo, um verbo como *chover* a gente nunca vê conjugado como a gente vê o verbo *vender*, né? **Eu chovo*, **tu choves*, **ele chove...* bom,

existe a conjugação, mas não é fácil imaginar uma situação discursiva para usar essas formas...

Há outros casos em que não existe a conjugação: por exemplo, o verbo *banir* não tem a 1ª pessoa do presente do indicativo: **eu bano*. Estes são ditos verbos defectivos e, embora a maioria deles pertença à 3ª conjugação, não formam um grupo coeso.

É preciso ainda considerar a existência de alomorfa (condicionada morficamente). Por exemplo, a 1ª pessoa do singular se realiza como *-o* no presente do indicativo (*eu canto, eu vendo, eu abro*), como *-i* no pretérito perfeito do indicativo (*eu cantei, eu vendi, eu abri*) e ainda como *O* no pretérito imperfeito do indicativo (*eu cantava, eu vendia, eu abria*). A presença de alomorfias, no entanto, não compromete a regularidade do processo.

2. *A obrigatoriedade do processo*: a discussão aqui é rápida, pois não é possível conjugar um verbo sem veicular a idéia de pessoa e número ao mesmo tempo. As exceções são completamente previsíveis: as chamadas formas nominais do verbo – o infinitivo (*cantar*), o gerúndio (*cantando*) e o particípio (*cantado*) – não expressam pessoa ou número.

3. *A existência de concordância*: ah, este é o ponto alto da discussão! A propriedade da concordância é a razão de ser do sufixo número-pessoal! Ele está ali exatamente para concordar com o sujeito da sentença na qual aparece o verbo conjugado. E este tipo de concordância – em número e pessoa – só se estabelece em português entre o sujeito e o verbo. A concordância é uma propriedade de muitas línguas, incluindo LIBRAS, que também dispõe de concordância com o objeto, não é verdade? Não vamos nos alongar aqui porque a disciplina de sintaxe vai falar mais disso. Aqui basta notar que existe concordância entre o sujeito e o verbo, que expressa as informações de número e pessoa do sujeito no verbo.

Portanto, a expressão de número e pessoa no verbo se caracteriza como flexão. Em princípio, o português padrão tem seis morfemas distintos para as seis combinações possíveis dos traços de pessoa e número, correspondentes aos pronomes *eu, tu, ele, nós, vós e eles*..

2.3.2 A expressão de tempo e modo

1. *A regularidade do processo*: novamente, é impressionante a regularidade com que os verbos expressam tempo e modo. Há exceções, que se devem à defectividade de alguns verbos, mas elas não são em quantidade suficiente para comprometer a afirmação geral.

No entanto, é preciso aqui também considerar a existência de alomorfia. Algumas alomorfias são muito simples, como a que existe na forma do futuro do indicativo, que pode ser observada quando opomos as formas *cantarás* e *cantaremos*. Como *-s* é a marca de 2ª pessoa do singular e *-mos* é a marca da 1ª pessoa do plural, é fácil ver que o morfema do futuro do presente tem duas realizações distintas: como *-ra-* e como *-re-*.

Todavia, existem casos mais complexos, que são por isso mesmo mais interessantes. Por exemplo, a existência de sincretismo entre a forma do pretérito perfeito e do presente do indicativo na 1ª pessoa do plural – *cantamos* nos dois casos – sugere que tanto o presente do indicativo quanto o pretérito perfeito apresentam o morfema O como forma para a desinência modo-temporal: ambas as formas se analisam como *cant-a-O-mos*, certo?

Êpa! E como é que distinguimos um tempo do outro se ambos são marcados pelo morfema O? Observe que teríamos o mesmo problema se o morfema em questão tivesse forma fonológica: com a mesma forma usada em ambas as palavras, como distingui-las?

A resposta que Camara Jr. tem para este problema é genial: este autor defende que estes dois morfemas O são diferentes porque eles determinam alomorfias diferentes nos morfemas que estão ao lado de cada um deles. Tomemos a 1ª pessoa do singular, por exemplo: o morfema O de presente do indicativo determina o alomorfe O (outro!) da vogal temática que o precede e a forma *-o* para o morfema número-pessoal que o segue, resultando na forma *eu canto* (a análise dela seria *cant-O-O-o*). No pretérito perfeito, por outro lado, a vogal temática da 1ª conjugação deve tomar um alomorfe que é *-e-* e a forma do morfema número-pessoal é *-i*, resultando na forma verbal *eu cantei* (a análise dela seria *cant-e-O-i*).

Bem imaginativo, né? Raciocinando assim, Mattoso Camara Jr. consegue manter a hipótese de que todas as formas verbais do português partilham a mesma fórmula geral – os espaços que aparecem não preenchidos nas formas são na verdade ocupados por morfemas O.

2. *A obrigatoriedade do processo*: como no caso da expressão de pessoa e número, os morfemas modo-temporais não são opcionais, porque aqui também não é possível conjugar o verbo sem expressar algum tempo e modo. E toda a discussão que fizemos acima sobre a regularidade tem também uma implicação aqui para a questão da obrigatoriedade: a "fórmula" geral dos verbos no português se aplica obrigatoriamente a todos os verbos conjugados.

3. *A existência de concordância*: a concordância modo-temporal não é obviamente do mesmo tipo que a observada entre o sujeito e o verbo. Ela se parece mais com o "pontapé inicial" que

assumimos na expressão de número nos nomes, pois o tempo escolhido para figurar no verbo deve se adequar à descrição da situação no mundo. Mas é certo que esta desinência determina a distribuição de advérbios: *ontem* pode aparecer em uma sentença com o verbo conjugado em algum dos pretéritos, mas não numa sentença cujo verbo porta a desinência de futuro.

Quanto ao modo, pelo menos no caso do subjuntivo, ele só aparece em contextos sintáticos especiais, em que algum elemento predicador o escolhe. O modo imperativo, por outro lado, é o que coloca mais claramente a questão de saber como o contexto extralingüístico, que exige o uso deste modo, é tratado na morfologia. Se entendemos concordância dessa maneira mais ampla, também este critério é satisfeito pelo morfema modo-temporal.

Portanto, dada a regularidade, a obrigatoriedade e a existência de (algum tipo) de concordância do morfema modo-temporal, é possível afirmar que também aqui estamos frente a um processo flexional. O número de desinências que expressam modo e tempo é grande e é o paradigma mais robusto que temos em português, porque ao todo são 13 as combinações de tempo e modo que são expressas morfologicamente, incluindo as formas nominais do verbo.

2.3.3 Uma discussão breve sobre aspecto ²⁸

Quando começamos a discussão sobre a morfologia verbal, deixamos de lado o fato de o pretérito imperfeito fazer referência não só ao tempo passado mas também à idéia de que o evento descrito pelo verbo se realizou de maneira rotineira no passado. Esta não é a única maneira de descrever eventos, como vemos na diferença entre as sentenças em (30) abaixo:

- (30) a. A Maria nadava (todos os dias de manhã)
b. A Maria nadou (ontem de manhã)

O pretérito imperfeito parece configurar o evento como algo que dura no tempo, que se realiza rotineiramente, algo que não está concluído e que é observado em sua realização. O pretérito perfeito, por outro lado, fixa o evento como um ponto no passado, visto como concluído, realizado. Esta diferença em como o tempo é visto chama-se **aspecto verbal**.

²⁸ Para a GT de Cunha e Cintra (201:382), o aspecto "designa uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo." A principal oposição aspectual mencionada pela GT é a que se vê entre o aspecto *concluído* (quando a ação do verbo "é observada no seu término, no seu resultado") e o aspecto não concluído (quando a ação do verbo "é observada na sua duração, na sua repetição"). A razão da importância desta oposição aspectual é porque é ela que caracteriza "as formas verbais classificadas como *perfeitas* ou *mais-que-perfeitas*, de um lado, e a *imperfeitas*, de outro".

É de se perguntar se o aspecto também é um processo flexional, uma noção a mais na já cumulativa desinência modo-temporal. Olhando apenas para os pretéritos perfeito e imperfeito, os três critérios parecem ser obedecidos: a expressão é regular em todos os verbos (à parte os defectivos, que podem não ter alguma(s) das formas), é obrigatória pois é necessário escolher uma maneira de olhar o evento no passado – puntual ou durativo – e há também o mesmo tipo de concordância que vimos existir no caso do tempo, incluindo a seleção de locuções adverbiais que vemos em (30).

O problema é que a oposição de aspecto marcada morfológicamente só existe no caso dos dois pretéritos em português. Os outros tempos apresentam eventualmente algum aspecto marcado, mas não há oposição aspectual sistemática realizada pela morfologia. Em alguns casos, vemos sua realização sintática, por meio de **perífrases verbais**, como em (31):

- (31) a. eu fumo
b. eu estou fumando
c. eu acabei de fumar

A sentença em (31a) descreve um evento que permanece no tempo, de modo que a rigor não é temporal: revela um hábito. Já a sentença em (31b) descreve o mesmo evento mas agora visto da perspectiva da extensão no tempo: trata-se de um evento que tem alguma duração no tempo presente, e que está em plena realização. Por outro lado, em (31c) olhamos o evento como algo concluído há pouco tempo.

A discussão sobre aspecto é muito mais longa e complexa do que mostramos em (30) e (31) e por esta razão não vamos tomar nenhuma decisão sobre o problema aqui.

LEITURAS RECOMENDADAS

1. Camara Jr. (1970): Cap. VIII (seção 33) e cap. XIII
2. Rocha (1999): cap. 9 e cap.11

2.4 Conclusões e resumo do capítulo

Neste capítulo começamos a discussão sobre a morfologia propriamente, distinguindo dois tipos de processos morfológicos: a flexão e a derivação. Isolamos então as propriedades de cada um desses processos, concluindo que a flexão se opõe à derivação por basicamente

três características: a regularidade do processo, presente na flexão e ausente na derivação; a obrigatoriedade dele, também presente na flexão e ausente na derivação, e a existência de concordância, característica apenas da flexão. Notamos também que apenas a flexão apresenta paradigmas, isto é, um conjunto de formas coesas, com pouca margem de variação.

Estas características que opõem derivação e flexão se tornaram critérios para avaliação dos processos morfológicos. Munidos deste instrumental, abordamos o problema da flexão nominal. Examinamos três tipos de sufixos que normalmente são tomados como sufixos flexionais (isto é, desinências): o que expressa número, o que expressa gênero e o que expressa grau. Com base nos três critérios elencados na primeira seção, discutimos cada uma dessas desinências, concluindo que, no reino nominal, o único sufixo que é desinência sem nenhuma dúvida é o que expressa número; o que expressa gênero não encontra unanimidade entre os critérios que antes isolamos. Por seu turno, a expressão do grau em português só tem regularidade, e assim não pode ser considerada flexão nem nos nomes nem nos adjetivos.

Abordamos a seguir a discussão sobre a morfologia verbal. Na primeira seção, isolamos os morfemas que aparecem no verbo: a vogal temática, a desinência modo-temporal e a desinência número-pessoal. Aplicamos às duas últimas os critérios definidores da flexão e concluímos que de fato estes são processos flexionais, mesmo tendo que considerar a concordância de um modo mais amplo. Como você viu, a discussão sobre a morfologia verbal é bem longa e mesmo sem abordar vários problemas – por exemplo, não falamos nada de verbos irregulares, você reparou? – já tivemos um trabalho, não é verdade? <LINK pra GT>

Vamos agora repensar um pouco os nossos critérios, porque em alguns casos eles forneceram resultados contraditórios, como na discussão sobre a flexão de gênero ou de grau; em outros, eles não se aplicaram da mesma maneira em todos os casos, como na definição do que é concordância para o morfema número-pessoal e para o modo-temporal nos verbos.

Vários estudiosos já se defrontaram com o mesmo problema, e por isso chegaram à conclusão de que é melhor elegermos um só critério e definirmos este critério da maneira mais abrangente possível. Qual seria ele? A resposta de Anderson (1988) é clara: *flexional é o processo que tem algum tipo de desdobramento na sintaxe*, determinando o aparecimento de outros elementos numa determinada forma dentro da sentença.

Repare que esta definição de Anderson alarga a noção de concordância de um jeito interessante, sem lançar mão do contexto discursivo. Retomando nesta nova ótica a discussão sobre o gênero, diremos que ele é sem dúvida um processo flexional na língua, pois, embora o gênero no substantivo seja uma propriedade inerente (cada substantivo tem seu gênero determinado lexicalmente), esta propriedade se espalha pelo grupo nominal inteiro (e às vezes

mesmo fora dele) na sentença. O mesmo se pode dizer do morfema modo-temporal: é indiscutível que a escolha de um tempo e modo determina a forma das locuções adverbiais que por ventura venham a aparecer na sentença. Legal, né?

3 Derivação

Objetivos do capítulo

1. rediscutir as características da derivação agora sob o ponto de vista da teoria morfológica gerativista;
2. mostrar ao graduando as particularidades da prefixação e da sufixação no português.

3.1 O que é derivação?

Na disciplina Introdução aos Estudos Lingüísticos você tomou contato com certos exemplos de derivação, você se lembra? Os exemplos eram *i-legal* e *per-eira*. Ali as coisas ficaram um pouco vagas, porque elas foram ditas só pra despertar a sua curiosidade para tudo o que você vai aprender nos estudos lingüísticos... Vamos ver agora o que exatamente esses exemplos significam no funcionamento da língua.

No capítulo passado, vimos como Mattoso Camara Jr. distingue a derivação da flexão; para ele, ao contrário da flexão, a derivação é um processo morfológico que não é regular nem obrigatório, não tem pauta sistemática (isto é, um paradigma de formas) e não desencadeia concordância, isto é, não tem conseqüências sintáticas. Vimos que, destes critérios, o mais confiável para identificar a flexão é o da concordância, isto é, o de ter conseqüências sintáticas, ao lado de ter um paradigma de formas, certo?

Além dessas, há uma outra diferença que se faz normalmente entre flexão e derivação, já apontada na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos: os processos derivacionais criam novas palavras, mas os processos flexionais apenas indicam relações gramaticais, adequando a forma de uma palavra ao contexto sintático; assim, enquanto *cajueiro* é uma palavra nova, *cajus* é só uma adequação da palavra *caju* ao contexto sintático "plural". Você acha que isso ficou claro para o marciano?

Pode ser que o marciano não entenda bem esse conceito de palavra nova – bom, ele está aprendendo a língua, todas as palavras são novas para ele! Mas depois que ele aprender, todas vão ser velhas, né? Então a gente tem que ter um modo de explicar direitinho pra ele o que queremos dizer com "palavra nova".

Também vamos ter que definir de maneira mais precisa o que "adequação ao contexto sintático" quer dizer. Sabe por quê? Vamos supor que eu acabei de inventar uma máquina que lava salada: a gente coloca o pé de alface de um lado e saem as folhas da alface lavadas do outro. Eu vou inventar um nome novo para dar a esta máquina: (o) *macomelo*. Observe antes de mais nada que eu não usei nenhum tipo de processo morfológico para inventar essa

palavra, só combinei sílabas segundo regras da fonologia do português de modo a obter algo que pode ser uma palavra nesta língua.

Mas agora eu quero falar para a minha irmã usar a máquina pra lavar a salada do almoço. Vou dizer pra ela: "Por favor, você pode ____ a salada?" Que palavra vai aí nesse buraco? *Macomelar*? Sim! Mas a questão agora é: *macomelar* é uma palavra "nova" ou eu estou é adequando a forma da palavra *macomelo* (que é um substantivo) para garantir sua entrada na minha frase como um verbo, exigência daquela posição sintática? E se o meu pai achar um bicho na alface dele e perguntar: "Quem *macomelou* tão mal essa salada?", ele vai estar usando uma palavra "nova" – *macomelou* – ou vai estar só adequando a forma da palavra *macomelar* a um contexto sintático novo?

Já deu pra perceber que não é fácil decidir, né? Bom, nós construímos no capítulo passado uma definição do que é um processo flexional, o que já nos permite saber que quando, a partir de *macomelar*, fazemos *macomelou*, o que está em jogo é flexão, porque essa forma é parte do paradigma de qualquer verbo da 1ª conjugação. Veja que na frase do meu pai só esta forma é possível, pois o verbo deve expressar um evento já concluído no passado, portanto deve estar no pretérito perfeito; e o verbo deve também concordar com o sujeito, que é *quem* na pergunta do meu pai (um pronome de 3ª pessoa do singular) e assim o verbo deve estar na 3ª pessoa do singular.

Mas não temos ainda a resposta para a primeira das questões: *macomelo* e *macomelar* se relacionam por flexão ou derivação? Se na morfologia só existissem esses dois processos, a coisa era simples: o que não é flexão é derivação e, como já temos uma definição de flexão, por exclusão chegaríamos na derivação. É, mas a verdade é que existem outros processos morfológicos (como a composição, por exemplo) e então temos que saber mesmo o que é derivação...

Se a tradição gramatical diz que a derivação cria palavras novas, mesmo sem saber bem o que é uma palavra "nova" aqui, talvez possamos eleger a seguinte pergunta para servir de guia para esta investigação: por que criamos palavras novas?

Vamos voltar no nosso exemplo. Inventamos um nome para uma coisa: *macomelo*. Talvez essa seja uma das maiores razões para criarmos uma palavra: nomear seres inexistentes anteriormente. Ótimo, já demos um nome para a máquina, então já podemos falar dela. A classe natural para esta palavra é a dos substantivos (que abriga os nomes dos seres, segundo a gramática tradicional), mas no pedido que eu fiz à minha irmã, eu precisava de um verbo, que devia entrar ali na forma infinitiva, do mesmo modo que na frase: "Você pode

lavar a salada?". Chegamos assim a uma segunda razão para criarmos palavras: a mudança da classe gramatical.

Mas há ainda uma outra razão. Por exemplo, vamos supor que a tal máquina que eu inventei é muito delicada, exige conhecimentos especiais para ser operada e só a minha irmã tem a formação necessária para isso e, portanto, só ela está autorizada a mexer na máquina. Assim, a minha irmã é a *macomeladora* oficial da família. Se o meu pai ou o meu avô também quiserem aprender a mexer na máquina, a minha irmã vai ensinar e eles também serão *macomeladores*, correto? Ora, *macomelador/a/(e)s* é, como *macomelo*, um substantivo: aceita flexão de gênero e número e pode ser precedido por artigo. Portanto, a diferença entre *macomelo* e *macomelador* não é de classe de palavra, mas há uma diferença semântica aí: *macomelo* é o nome da máquina, *macomelador* é o nome do profissional que põe em funcionamento a máquina. Então, apesar de serem ambas substantivos, elas têm interpretações muito diferentes, certo? Assim, uma terceira razão para criarmos palavras pode atribuir-se a necessidades semânticas desse tipo.

Vamos resumir essa discussão para tirarmos dela as conclusões pertinentes para o nosso estudo de morfologia: quando inventamos uma palavra, podemos de fato inventar a palavra do nada, simplesmente combinando sílabas possíveis na língua. Aqui, inventamos a palavra *macomelo*, mas nada nos impediria de usar nomes que já existem na língua; a nossa máquina de lavar salada poderia se chamar *lavador de salada* (como *aspirador de pó*), *lava-salada* (como *lava-louças*) ou ainda *salavagem* (o processo usado para formar *chafé*, que é o café bem fraquinho, mais parecido com chá).

No entanto, uma vez que inventamos *macomelo*, o verbo referente ao evento de operação da máquina será *macomelar*. Claro, também podia ser *irrefolar* ou *tovicelar*, mas você já imaginou se para todas as palavras novas que inventássemos na língua, não houvesse nenhuma relação de forma entre as palavras que se relacionam semanticamente entre si nas diversas classes de palavras? Haja memória para decorar todas as palavras, né? O fato de haver processos morfológicos que manipulam a forma da palavra original – *macomelo*, *macomelar*, *macomelador* – e geram palavras de classes diferentes ou da mesma classe com significado diferente é uma grande economia para a memória do falante de qualquer língua, concorda?

Estamos agora em condições de reavaliar o que "criação de palavras" quer dizer e como a morfologia intervém neste processo. Vamos precisar, no entanto, definir certos termos técnicos para abordar o problema da formação de palavras de uma maneira mais formalizada. Estamos escolhendo tratar a morfologia derivacional dentro do arcabouço teórico da

gramática gerativa – isso mesmo, a vertente teórica inaugurada por Chomsky nos anos cinquenta que vocês estudaram na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos. Você vai ver como é interessante!

Vamos explicar e exemplificar abaixo cada um dos conceitos que serão usados nas próximas seções, de modo que você possa manuseá-los com segurança:

1. *léxico mental*: este é um conceito ligado ao de competência do falante nativo (lembra dele lá na disciplina de Introdução aos Estudos Lingüísticos?), aqui entendido como a competência lexical que o falante tem de saber quais palavras são possíveis e quais são impossíveis em sua língua. Vamos hipotetizar que o falante conhece uma lista de entradas lexicais, a estrutura interna dos itens e as regras que podem formar novas entradas lexicais. O léxico mental, portanto, é o conjunto de itens que o falante conhece em sua língua, que inclui palavras como *mesa* ou *porta-guardanapos*, que contêm **lexemas**; inclui palavras dêiticas como *aqui* ou *eu* (assim chamadas por terem a sua referência especificada apenas na situação de enunciação); inclui as formas dependentes que já identificamos, como *de* ou *o* em exemplos como *o cão de guarda*, e inclui também os morfemas presos, que podem ser lexemas como *agri-* ou *-logo* (que aparecem em *agridoce* ou *psicólogo*), afixos do tipo *in-* ou *-mente* (que vemos em *infelizmente*), desinências como *-va-* ou *-mos* (presentes na forma *cantávamos*), e ainda as vogais temáticas dos verbos (*-a-*, *-e-* ou *-i-*) e dos nomes (*-a-*, *-e* ou *-o*), se adotamos a visão de Camara Jr. segundo a qual, na palavra *tribo*, o *o* final é uma vogal temática e não marca de gênero, já que *é tribo* é uma palavra feminina, lembra?

2. *base e produto*: chamamos de *base* ao elemento ao qual se aplica alguma das regras da morfologia derivacional de modo a gerar uma outra palavra, uma palavra "nova", que chamamos de *produto*. Por exemplo, *macomelo* é a base sobre a qual aplicamos a regra para gerar verbos na língua que nos fornece como produto *macomelar*; por seu turno, *macomelar* é a base sobre a qual aplicamos a regra para gerar substantivos (agentivos ou instrumentais) que nos fornece *macomelador* como produto.

Assim, base é aquela parte da palavra que é recorrente na palavra formada a partir dela ou que nós vemos dentro da palavra morfologicamente complexa da qual ela faz parte. A base é um lexema, mas não necessariamente uma palavra (isto é, uma forma livre como *macomelo* em nosso exemplo); ela pode ser uma forma presa também, como *carpint-* em *carpinteiro*. Por outro lado, o produto é sempre uma forma livre.

3. *regras morfológicas*: vamos começar esta investigação olhando para palavras que todos nós conhecemos em português, como *felizmente*, *pereira* e *lavável*. Se você perguntar a um falante nativo de português como se formaram essas palavras, eles te dirão que elas "vieram de" *feliz*, *pêra* e *lavar*, respectivamente. Ora, o fato de os falantes identificarem relações dessa natureza entre as palavras mostra que eles podem enxergar a estrutura interna das palavras. Dada uma palavra como *pereira*, eles são capazes de ver que lá dentro tem a base *pêra* e o morfema sufixal *-eira*. Segundo Basílio (1980:49), para identificar estas formas dentro de uma palavra, o falante usa a **Regra de Análise Estrutural** (RAE), que tem o formato geral de (1a) e, nos nossos exemplos, adquire os formatos específicos em (1b-d)²⁹:

- (1) a. [[X]a Y]b
 b. [[feliz]_A -mente]_{Adv}
 c. [[pera]_S -eira]_S
 d. [[lavar]_V -vel]_A

Por outro lado, quando um falante, a partir de relações existentes no léxico, forma uma palavra nova como *clonável*, ele está usando o que em teoria gerativa chama **Regra de Formação de Palavras** (RFP), com o formato geral em (2a) e específico (2b):

- (2) a. [X]a → [[X]a Y]b
 b. [clonar]_V → [[clonar]_V -vel]_A

É porque o falante percebe relações paradigmáticas estabelecidas no léxico que ele pode formar *clonável* a partir de *clonar*, dado que existem os pares *lavar – lavável*, *tratar – tratável*, *ler – legível* e inúmeros outros do mesmo tipo no léxico mental.

Observe que para cada RFP que existe na língua existe a RAE correspondente, mas o contrário não é verdadeiro: nem todas as palavras para as quais reconhecemos estrutura interna correspondem a uma regra que permite a formação de palavras novas. Pense, por exemplo, na palavra *campestre*: é possível identificar nela as partes *campo* e *-estre*, mas não é mais possível formar nenhuma palavra nova em *-estre*. Portanto, não existe uma RFP para *-estre*, ainda que exista uma RAE que se aplica a *campestre*, *terrestre*, *silvestre*, etc. Há casos ainda em que nem se pode falar de RAE: por exemplo, *casebre* é uma palavra em que se pode

²⁹ Daqui para frente, as letras que acompanham os colchetes têm a seguinte interpretação: **A** quer dizer "adjetivo", **Adv** quer dizer "advérbio", **S** quer dizer "substantivo" e **V** quer dizer "verbo".

reconhecer estrutura interna (*casa* e *-ebre*) mas como não existe nenhuma outra palavra na língua em *-ebre*, não dizemos neste caso que esta é uma RAE, pois não existe regra que se aplique a uma única forma.

O que dissemos até agora sobre as RFPs é só uma pequena parte da conversa. Na verdade, para além de especificar a classe da base (o *a* que aparece do lado do X em (2a) ali em cima) e do produto (o *b* que aparece do lado de Y acima), é preciso também especificar outras propriedades que eventualmente as bases devem ter para poder entrar numa dada RFP ou que os produtos têm quando são resultados desta RFP. No nosso exemplo, não basta que a base seja um verbo, porque nem todos os verbos podem ter um adjetivo em *-vel* correspondente: *chegar* – **chegável*, *correr* – **corrível*, *ser* – **sível*. A exigência desta RFP sobre a base é a de que ela seja um verbo transitivo direto, isto é, um verbo que tenha objeto direto: *lavar* pode ser usado nesta RFP porque existem frases como (3a); *clonável* também é possível porque temos a frase (3b). Mas como (3c) e (3d) não existem, as formações em *-vel* não são possíveis nestes casos.

- (3) a. O mecânico lavou o carro
b. O cientista clonou a zebra
c. *O menino chegou a carta
d. *O ladrão correu a estrada

Observe por outro lado que o produto desta regra tem propriedades bastante restritas. Em particular, a sua interpretação é extremamente previsível e não pode ser outra: *lavável* quer dizer "que pode ser lavado", *clonável* quer dizer "que pode ser clonado", e assim por diante. Note adicionalmente que é sempre o objeto do verbo que pode receber a qualidade expressa pelo adjetivo em *-vel*, jamais o sujeito: é o carro que é lavável, não o mecânico; é a zebra que é clonável, não o cientista.

4. *produtividade*: é a possibilidade que uma regra tem de se aplicar sobre um conjunto de bases com propriedades específicas (como a propriedade "verbo transitivo" que a base deve ter para entrar na regra de formação do adjetivo em *-vel*), obtendo igualmente produtos especificados sob o ponto de vista categorial e semântico.

A noção de produtividade não é muito simples; por exemplo, não é possível dizer que uma regra é mais produtiva que outra simplesmente porque ela se aplica mais vezes e gera mais palavras, pois certas classes de palavras são mais frequentes do que outras (os

substantivos, por exemplo, são mais freqüentes que os adjetivos). Para dizer algo sobre a produtividade de uma regra, é preciso ver qual é o número de bases sobre as quais a regra poderia se aplicar e sobre quantas ela efetivamente se aplica.

Além disso, é preciso distinguir entre a possibilidade de aplicação da regra e a sua aplicação efetiva – o que Basílio *et alli* (1993) chamam de diferença entre condições de produtividade e condições de produção. As condições de produtividade dizem respeito exclusivamente ao conjunto de restrições que a regra coloca sobre suas bases e seus produtos. Por exemplo, a formação de substantivos deverbais (isto é, formar um substantivo a partir de um verbo) dispõe de várias regras em português, dentre as quais a regra *-ção* e a regra *-mento*. Estas duas regras são produtivas no português brasileiro, embora a incidência de cada uma delas varie; num certo número de casos ambas podem ocorrer (e efetivamente ocorrem como *internação* e *internamento*), mas há casos em que só uma ou outra pode ocorrer: se o verbo que será base da regra termina em *-ecer* (como *florescer*), a regra a ser acionada é *-mento* (e o produto é *florescimento*); se um verbo terminado em *-izar* é tomado como base (por exemplo, *realizar*), a regra acionada será *-ção*: *realização*. E aqui não é possível falar em diferentes graus de produtividade. Por outro lado, *-agem* é uma regra menos produtiva que *-ção* ou *-mento*, porque o conjunto de restrições que ela impõe sobre as bases é maior (apenas verbos de ação concreta podem se candidatar a base desta regra) e ainda assim nem todos os elementos que satisfazem a esta restrição aceitam a formação: quando falamos em lavar as paredes da casa, falamos de uma *lavação* geral, não de uma *lavagem* geral, certo?

Já as condições de produção olham "para fora": olham regras semelhantes a uma regra dada – por exemplo, para regras que estão em competição com aquela primeira – e depois olham as condições discursivas mais gerais, as condições culturais, etc. Assim, embora a formação de substantivos deverbais disponha de regras produtivas em *-ção* ou *-mento*, quando falamos de terminologia científica, *-agem* é a regra acionada, e por isso temos *lavagem* (*intestinal*) ou *clonagem* e não **clonação* ou **clonamento*.

Mas se a noção de produtividade é tão complicada por que ela deve ser parte da teoria? A resposta é porque esta é uma noção crucial para mostrarmos que a derivação não é o que os estruturalistas pensavam: um processo sem pauta sistemática, incoerente, opcional. A derivação tem regularidade e alguma sistematicidade sim! Procurando explicitar quais são os princípios que regem a competência do falante nativo para discernir estruturas que são ou não possíveis em sua língua, a teoria gerativa fala de regras – você certamente percebeu que agora

os prefixos e sufixos da língua são vistos como regras que se aplicam a este ou aquele conjunto de bases ³⁰.

5. *bloqueio*: é a maneira de descrever a impossibilidade de aplicação de regras morfológicas. Há certas impossibilidades que se explicam imediatamente: não é possível criarmos a palavra **cadeirador* porque *cadeira* é um substantivo e a regra responsável por essa formação, a RFP *-(d)or*, exige que a base seja um verbo (*conhecer* – *conhecedor*). A este fenômeno Rocha (1999) chama de **transgressão afixal**.

Há casos, porém, em que é menos claro por que uma certa regra não se aplica, já que a base aparentemente respeita todas as exigências dela. Vejamos dois diferentes tipos de impossibilidades: o primeiro caso aparece em **fabricador*. Aqui, podemos alegar a existência de uma **regra concorrente**, que talvez nem seja uma RFP em português, apenas uma RAE, mas que de qualquer modo já formou o substantivo agentivo que se relaciona com o verbo *fabricar*, que é *fabricante*. Como as línguas evitam sinonímia completa, não é possível usar uma regra produtiva para gerar uma palavra que teria significado igual ao de outra palavra já existente (quando temos as duas palavras, em geral elas significam coisas diferentes, como *amante* e *amador*). Mas pode existir também uma regra concorrente produtiva: a regra produtiva concorrente de *-eiro* em português, que é *-ista*, explica por que não temos **surfeiro*: já temos *surfista*!

O outro tipo de impossibilidade aparece em (?)*apelidador* (que seria aquela pessoa que põe apelido em todo mundo, exemplo de Rocha, 1999:21). Este caso é o mais delicado, porque não há nenhuma razão aparente para não termos (?)*apelidador* ou outras tantas formas na língua. Rocha (1999:44) fala em **inércia morfológica**: as pessoas não usam estas formações simplesmente porque elas ainda não foram criadas, mas nada impede que elas sejam acionadas e passem a fazer parte do conjunto de palavras da língua. Esta noção de inércia morfológica, no entanto, não é mais do que uma descrição do que ocorre. É preciso ainda bastante pesquisa nesta área da morfologia para construirmos uma verdadeira explicação para este fenômeno.

Observando estas duas últimas noções – a de produtividade e a de bloqueio – vemos certas características das RFPs e dos itens estocados no nosso léxico mental: a produtividade

³⁰ A gramática tradicional tem uma abordagem muito diferente para a morfologia derivacional, com uma grande tendência a apreciar apenas seus aspectos históricos. É por isso que especialmente os prefixos são apresentados em ordem alfabética, segundo sua proveniência (do grego ou do latim). Os sufixos já desfrutam de uma abordagem mais interessante, que levam em conta a classe de palavras com a qual se combinam (a base, nos nossos termos) e a classe da palavra resultante do processo de sufixação (o produto, nos nossos termos).

de uma regra vai junto com a regularidade dela, tanto no que diz respeito às exigências que pesam sobre as bases, como no que diz respeito ao produto, em particular na sua coerência semântica. A irregularidade é característica, assim, de itens estocados no léxico mental, não de itens gerados por regras produtivas.

Para fechar a discussão, podemos retomar aquela afirmação segundo a qual a derivação cria palavras novas enquanto a flexão apenas torna adequada a forma da palavra ao contexto sintático em que ela será inserida. "Criar palavras novas" quer dizer agora identificar a regra de formação de palavras que pode ter gerado a palavra que estamos examinando; as RFPs podem ou mudar a classe da palavra de base ou mudar o seu significado e por isso é justificável dizer que a palavra gerada é "nova". Por outro lado, "tornar adequada a forma da palavra ao contexto sintático" quer dizer determinar que tipo de implicação sintática (como a concordância) tem a mudança morfológica executada na palavra e, neste caso, não mudamos nem a classe nem a significação fundamental da palavra. Por isso, *meninada* é um exemplo de derivação, já que a palavra *menino* serviu de base para RFP *-ada* do português cujo produto é sempre uma palavra de gênero feminino, com interpretação de grupo sem referência ao sexo dos componentes; por outro lado, *meninas* é simplesmente mais de uma menina, sempre.

Vamos agora falar de alguns tipos de regras de formação de palavras que temos em português: a prefixação e a sufixação.

LEITURA RECOMENDADA: Rocha (1999, cap. 1 e cap. 4), Basílio *et alli* (1993)

3.2 Tipos de processos derivacionais³¹

Toda a tradição em estudos gramaticais, incluindo o estruturalismo, tem reconhecido a existência de pelo menos dois grandes processos de formação de palavras: a derivação e a composição. A derivação é vista principalmente como um processo de afixação, ainda que outros processos que aparentemente não envolvem a presença de algum afixo sejam também considerados processos derivacionais, como a conversão (ou derivação imprópria, que é exemplificada pelo uso da palavra *jantar* seja como substantivo seja como verbo) e a siglagem (que transforma uma sigla em palavra, como PT (pronunciada /petê/, UFSC /pronunciada /ufisqui/, etc..). A composição, por seu turno, combina dois ou mais lexemas e por isso se distingue da derivação, mesmo quando os lexemas são formas presas, como em

³¹ Toda a discussão que segue se inspira diretamente no trabalho de Miotto e Figueiredo Silva (2006).

eco-log(ia). Não abordaremos estes outros problema morfológicos aqui, mas certamente a composição você vai estudar em algumas das disciplinas de LIBRAS, porque este processo é muito comum nessa língua!

No interior da derivação, é possível isolar dois grandes grupos de processos distintos: a prefixação e a sufixação. A diferença na posição dos afixos distingue visivelmente os dois: os prefixos aparecem antes da base à qual se adjungem (como em *in-feliz*), mas os sufixos se colocam depois dela (como em *feliz-mente*).

Todavia, esta não é a única diferença entre eles: já falamos que os sufixos podem mudar a classe da base com a qual se combinam, mas os prefixos não têm esse poder. E porque os sufixos determinam a classe da palavra formada, a tradição gramatical organiza sua apresentação exatamente por essa informação. A gramática tradicional de Cunha e Cintra (2001), por exemplo, apresenta primeiramente os sufixos formadores de substantivos a partir de substantivos, em seguida os formadores de substantivos a partir de adjetivos, e assim por diante. Dada esta compreensão da sufixação, não é difícil aceitar a idéia de que o sufixo é o núcleo da construção morfológica, posto que pelo menos determina a classe da base com a qual vai se combinar e igualmente determina a classe de palavra do produto.

Por outro lado, a tradição gramatical não entende a prefixação da mesma forma. Porque os prefixos em geral não mudam a classe da base com a qual se combinam, as gramáticas tradicionais nem cogitam a idéia de que eles possam ser sensíveis a esta informação e, assim, a gramática de Cunha e Cintra (2001), como todas as outras, apresenta os prefixos do português separados em duas listas, uma dos que têm origem no latim e outra dos que têm sua origem no grego; e, como critério organizador da lista, temos a ordem alfabética: *abs-*, *ad-*, *ante-*, etc ³².

Em teoria gerativa, alguns estudiosos já observaram que os prefixos também se juntam a bases de classes determinadas. Contudo, essa constatação ainda é tímida nas suas conseqüências, já que nenhum autor brasileiro classifica os prefixos segundo a classe de palavras com a qual eles se combinam, como fazem com os sufixos. É exatamente esta a propriedade crucial dos prefixos que vamos investigar agora.

Nas próximas seções vamos examinar um caso de prefixação e um caso de sufixação, tentando mostrar que na verdade tanto os prefixos quanto os sufixos da língua são regras que se aplicam a bases com certas características fonológicas, morfológicas e semânticas

³² O leitor está convidado a consultar uma gramática tradicional para ver como exatamente as GTs organizam esse conhecimento.

fornecendo produtos também com certas características fonológicas, morfológicas e semânticas, numa larga medida previsíveis.

3.2.1 A derivação prefixal

Uma das dificuldades que a gramática tradicional enfrenta é fornecer uma boa definição para os prefixos. À parte o fato óbvio de que o prefixo precede a base, pouco se acrescenta: normalmente uma alusão vaga à sua descendência de preposições e advérbios introduz a longa lista de prefixos de origem latina e prefixos de origem grega.

Essa vagueza na definição permite que se classifique como prefixos elementos de tipos muito diferentes. Mesmo autores modernos têm dificuldade na sua definição; em Rocha (1999:152), temos vários traços definitórios para serem usados ao mesmo tempo: o prefixo está à esquerda da base, não pode ser ele mesmo uma base N, V ou A, deve ser recorrente, ter identidade fonética, semântica e funcional e ser morfema preso.

Vamos nos inspirar nestes critérios para isolar uma pequena classe de elementos constituída apenas de formas presas recorrentes que não tenham uma forma livre como alomorfe, o que é o caso de *des-* em *descobrir* mas não o de *com-* em *compor* (isto é, tiramos da conversa os prefixos como *sobre-*, que se identificam com as preposições da língua, uma hipótese que Camara Jr. (1977) já alentava, tratado *sobrecarga* como composição, não como derivação). As formas presas que nos interessam se afixam sempre à esquerda de bases que são formas livres na língua, como *re-* em *reconquistar* mas não *re-* em *replicar*. Finalmente, essas formas presas conservam sistematicamente seu significado, que no caso de *re-*, por exemplo, é o de repetição (imediatamente identificável em *reconquistar* mas apenas muito longinquamente visível em *replicar*). É aos elementos com estas características – formas presas recorrentes que se afixam à esquerda de bases livres, com significado constante e sem parentesco com formas livres da língua – que chamaremos prefixos e é a eles que se aplica a discussão que se segue.

O fato de esses prefixos serem recorrentes nos permite identificar relações paradigmáticas formadas no léxico, com base nas quais os falantes reconhecem estrutura interna nas palavras. Parece claro, por exemplo, que os conjuntos de palavras em (4a) e (4c) são familiares aos falantes de português, enquanto os em (4b) não são:

- (4) a. desabilitar, desmobilizar, desinfetar, (?) desclonar...

- b. *desfeliz, *desmovimento, *despessoa, ...
- c. desabilitado, desmobilização, desinfetável, ...

Observemos primeiramente que *des-* satisfaz às exigências da nossa definição mais estrita de prefixo: é uma forma presa que não tem alomorfe livre, é recorrente na língua, aparece sempre afixado à esquerda de bases livres e tem sistematicamente o mesmo significado, que é o de reversão.

Notemos agora que todas as palavras em (4a) são verbos, alguns primitivos, outros já formados por derivação (como *mobilizar*). Por outro lado, as palavras em (4b) pertencem a outras classes: *feliz* é um adjetivo, *movimento* e *pessoa* são substantivos derivado e primitivo, respectivamente, e em nenhum desses casos a prefixação com *des-* é possível. Por outro lado, (4c) apresenta casos em que temos substantivos e adjetivos prefixados por *des-* e ainda assim tudo vai bem. Em que (4c) é diferente de (4b)? Se você olhar detidamente para as formações em (4c) você verá que todas elas são palavras derivadas que tiveram como base o verbo presente em (4a). Você já deve ter percebido a conclusão a que estamos querendo chegar: o prefixo *des-* só se combina com verbos na língua. E já que ele é produtivo, como mostra a possibilidade de fazermos a palavra (?) *desclonar* que aparece em (4a), para além da RAE (lembrando: regra de análise estrutural) que nos permite analisar a estrutura interna dessas palavras, temos uma RFP (uma regra de formação de palavra) para *des-* na língua que deve ter o seguinte formato:

- (5) a. [Y]b → [[X]b Y]b
 b. [fazer]_v → [[des-]_v fazer]_v

Não é qualquer verbo que pode servir de base para esta regra, como mostra (6):

- (6) * desmorrer, * deschegar, * desbeijar, *de(s)ser, ...

Como explicar essas impossibilidades? É simples: a RFP de *des-* tem uma restrição semântica que pesa sobre a base, pois como o significado de *des-* é reversão, a base deve descrever um processo que seja reversível, o que nenhum dos verbos que serve como base em (6) faz! E é exatamente esse tipo de comportamento da regra que notamos nos exemplos de RFP com os sufixos: a regra se aplica sistematicamente a um (sub)conjunto de bases e o produto tem uma interpretação semântica determinada.

Contudo, um contra-exemplo para a afirmação de que a RFP de *des-* só se aplica a verbos seria a existência de adjetivos formados com o prefixo *des-*, como em (7):

(7) desnecessário, desleal, desumano, deselegante, ...

Observe que para explicar (7) não podemos chamar em defesa da nossa hipótese o mesmo tipo de argumento que usamos para explicar a possibilidade de (4b): nenhum dos adjetivos em (7) é um deverbais (isto é, formado a partir de um verbo). Entretanto, é importante notarmos que o sentido do prefixo não é o mesmo quando ele se combina com verbos e com adjetivos – *des-* combinado com um verbo indica reversão, mas quando combinado com um adjetivo, indica um tipo de negação: *desleal* significa algo próximo de ‘sem lealdade’, mas *desfazer* não significa ‘sem (não) fazer’.

Somos assim levados a crer que temos dois prefixos *des-* na língua, que são diferentes seja em suas exigências de combinação (um se combina com verbos, o outro com adjetivos), seja na interpretação que eles imprimem ao produto (um implica em reversão, o outro é um tipo de negação). Note, inclusive, que é bastante provável que apenas o primeiro *des-* tenha uma RFP, ao segundo estando reservada apenas a RAE. Diremos, então, que estamos frente a um caso de **homonímia morfológica**: o som e a grafia são os mesmos, mas todo o resto é diferente.

3.2.2 A derivação sufixal

O caso da sufixação é, a essas alturas do nosso estudo, um caso muito mais simples porque começamos a discussão exemplificando tanto a RAE quanto a RFP com casos de sufixação. Vimos também que a sufixação talvez corra o risco de se confundir com a flexão, mas é indiscutivelmente derivação em especial por esta característica que os sufixos têm de mudar (em boa parte dos casos) a classe da palavra.

É possível que a questão mais difícil seja a da homonímia morfológica. Vamos analisar um caso bem complicado, assim você vê a real dimensão do problema. Se tomarmos a gramática tradicional de Cunha & Cintra (2001:94), veremos que na apresentação que os autores fazem da sufixação, o critério parece ser apenas semântico (eles dão o que o sufixo significa) e não é claro que reconhecem a existência de homonímia aqui. Examine a apresentação do sufixo *-ada*, transcrita em (8) abaixo:

(8) *-ada*: forma substantivos a partir de substantivos

Sentido	Exemplificação
a. multidão, coleção	<i>boiada, papelada</i>
b. porção contida num objeto	<i>bocada, colherada</i>
c. marca feita com um instrumento	<i>penada, pincelada</i>
d. ferimento ou golpe	<i>dentada, facada</i>
e. produto alimentar, bebida	<i>bananada, laranjada</i>
f. ato ou movimento enérgico	<i>cartada, saraivada</i>

Uma primeira observação que pode ser feita com respeito a esta lista é que a classificação sugerida talvez não seja capaz de, dado um caso novo, separar com clareza uma interpretação da outra. Quer ver? Vamos pegar *garfada*. Esta formação pode ter o sentido de “porção contida num objeto” numa frase como *eu comi uma garfada da comida só para ser agradável*. No entanto, numa frase como *a Maria me deu uma garfada por baixo da mesa para eu ficar quieta*, o sentido é de “ferimento ou golpe”, certo? Então classificar o sufixo só pelo sentido da palavra não é uma boa idéia...

Vamos ver quantos diferentes sufixos *-ada* há no português brasileiro e quais deles são produtivos. Será que no sentido (a) dá pra fazer uma palavra nova? Se sobre a mesa há vários papéis meus, minha mãe pode falar: “junta essa papelada aí!”. E se na mesa estiverem vários livros meus, será que minha mãe pode dizer “junta essa livrada aí!”? Sim, mas ela também pode dizer “junta essa *livraiada* aí!”. Porém, o seu tutor não diria a você: “organiza direito essa **ideiada/*ideiada* que você colocou no texto!”. Assim, parece possível tomar como base um substantivo concreto, de qualquer gênero, afixar *-ada* (ou seu alomorfe *-aiada*) e obter um substantivo significando “muitos, vários”, sempre feminino. Já que este é um processo produtivo, temos a seguinte RFP:

- (9) a. [Y]a → [[X]a Y]b
b. [livro]_s → [[livro]_s -(ai)ada]_s

Para o sentido de *-ada* que aparece em (b), por seu turno, não parece possível tentar construir uma RFP; é preciso dizer que aqui o conjunto de candidatos a base seria extremamente restrito (só utensílios que possam conter algo em seu interior) e a tentativa de novas formações não dá bons resultados: o livro de receitas culinárias não mandaria você

colocar uma **conchada* de caldo no peixe, nem uma **escumadeiraada* de batata frita no prato da carne para enfeitar... Esse *-ada* aqui só tem RAE.

Vale a mesma observação para o sentido de *-ada* que temos em (c): o conjunto de candidatos a base é muito reduzido (tem que ser um instrumento de alguma coisa) e é bem estranho dizer que o Zorro, com poucas ?*espadas*, assinou o nome na parede, como diríamos que o pintor, com poucas *pincladas*, retratou a modelo perfeitamente.

Na verdade, se *espada*, *conchada* ou *escumadeiraada* são formações possíveis em português, elas o são com a interpretação que temos em (d), “ferimento ou golpe”:

- (10) a. O Zorro deu uma *espada* na cabeça do sargento Garcia
b. A minha mãe deu uma *escumadeiraada/uma conchada* na minha mão.

Esta é uma formação extremamente produtiva no português brasileiro atual, sobretudo em certas construções com o verbo *dar*, cujo formato geral seria *dar uma X-ada (em Y)*, onde X é um substantivo concreto. A RFP desta formação deve portanto tomar um substantivo concreto e fornecer como produto um substantivo que é interpretado como um ferimento ou um golpe dado pelo instrumento referido pelo substantivo concreto que é a base – uma *dentada* é um ferimento feito com os dentes. É preciso dizer ainda que essa RFP é acionada pelas construções com *dar* do tipo acima.

Com o sentido de “produto alimentar ou bebida”, é difícil dizer se *-ada* é produtivo; no entanto, com o sentido de “comilança ou festa”, parece que é: eu posso fazer uma *peixada/uma galinhada/uma ovelhada* lá no meu sítio e convidar os amigos. No entanto, observe que pesa sobre a base uma restrição bem forte, porque aparentemente apenas nomes de animais comestíveis podem ser a base para esta RFP.

Finalmente, é difícil separar a interpretação dada em (f) “ato ou movimento enérgico” do sentido de (d) “ferimento ou golpe”, porque todo golpe é um movimento enérgico. Essas interpretações se sobrepõem e não é claro como elas cobrem o sentido de “*saraivada*”, que é uma chuva de granizo. Seria interessante reunir estes dois sentidos em um só, por exemplo o de “ferimento ou golpe”, e escrever sua RFP como em (11):

- (11) [sapato]_s → [[sapato]_s -ada]_s

A gramática tradicional procura ser exaustiva na sua abordagem, fazendo listas enormes de itens (e inclusive colocando em dois itens separados o que poderia ser reunido

num só como nós fizemos aqui). No entanto, existe mais pelo menos uma formação em *-ada* que, mesmo não sendo exatamente do mesmo tipo que as tratadas aqui, é uma formação extremamente produtiva no português brasileiro coloquial e que não é tratada pela GT: *dar uma X-(a)da (em Y)* é uma formação aparentemente bastante parecida com a que vimos em (10):

- (12) a. O João deu uma pensada no assunto
 b. O João deu uma lida no texto

Temos, porém, razões para crer que se trata de uma outra RFP: a base aqui deve ser um verbo (*pensar, ler*) e o produto se parece muito com os participios verbais (*tinha pensado, tinha lido*), à parte o fato de estarem nominalizados pela presença do artigo indefinido feminino. Note que a interpretação do produto é aspectual: trata-se de uma leitura rápida, ou uma reflexão sem muita profundidade. Finalmente, note que esta palavra só existe nesta construção (**A pensada da Maria foi boa*).

LEITURA RECOMENDADA: Rocha (1999), cap.5, 6 e 7.

3.3 A estrutura interna das palavras

Agora você já pode ver em que exatamente a teoria gerativa se diferencia do estruturalismo quando se discutem processos morfológicos: o estruturalismo via a palavra como uma seqüência de morfemas, uma série de posições lineares a serem preenchidas pelos diferentes afixos. Falando de flexão, vimos que o preenchimento dessas diversas posições era obrigatório. Por exemplo, a fórmula do verbo de Camara Jr. nos faria esperar sempre o preenchimento das seguintes posições lineares:

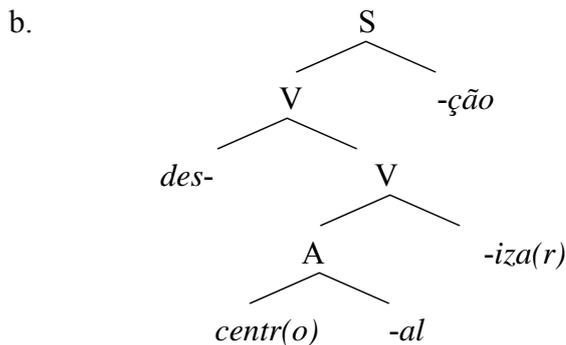
(13)	cant-	-a-	-va-	-mos
	lexema	vogal temática	morfema modo-temporal	morfema número-pessoal

O estruturalismo não se pronuncia claramente sobre a derivação, mas é razoável supor que é a mesma análise de concatenação linear de formas que estaria em jogo. Por outro lado, o que a teoria gerativa propõe é a presença de estrutura hierárquica dentro das palavras,

exatamente porque existem regras que regem as combinações entre afixos e palavras e por isso representar essas relações linearmente seria um equívoco. Vamos examinar abaixo a análise clássica de Basílio (1987) da palavra *descentralizar*:

(14)	<i>des-</i>	<i>-centr-</i>	<i>-al-</i>	<i>-iza(r)-</i>	<i>-ção</i>
	prefixo	lexema	sufixo adjetival	sufixo verbal	sufixo nominal

(15) a. [[des- [[[centro]_S + al]_A + izar]_V]_V + ção]_S



A representação que vemos em (14) é a do estruturalismo: os afixos vão se colocando uns ao lado dos outros, sem que ninguém nem nada os obrigue a fazer isso. No entanto, se a afixação de fato acontece assim, seria de se esperar que não houvesse qualquer restrição às diversas combinações de sufixos, certo?

Mas não é isso o que acontece, e é por isso que a teoria gerativa propõe a estruturação hierárquica em (15a), desenhada num tipo de representação chamada “árvore” (sim, é preciso um pouco de imaginação para ver uma árvore aqui...). O interessante dessa árvore é que ela nos mostra todas as regras que estão em jogo na formação de *descentralizar*: primeiramente o substantivo *centro* se une ao sufixo *-al*, formador de adjetivos tendo por base substantivos, resultando em *central*. Esse adjetivo então recebe o sufixo formador de verbos a partir de bases adjetivas, *-izar*. É apenas nesse momento da formação que podemos ter a prefixação de *des-*, que é um prefixo de verbos: não seria possível prefixarmos *des-* ao substantivo *centro* (**descentro*) nem o adjetivo *central* (**descentral*), porque *des-* é uma regra que só toma verbos por base (com o sentido presente em *descentralizar*). Apenas depois da prefixação de *des-* o sufixo que forma substantivos a partir de verbos, *-ção*, pode se amalgamar à palavra.

Gostou? Não é lindíssimo?

3.4 Conclusões e resumo do capítulo

Ao contrário do que supunham os estruturalistas, vimos neste capítulo que a derivação está bem próxima da flexão, porque ela também está empenhada em fazer com que as palavras tenham a forma adequada para entrar numa certa posição sintática, criando, por exemplo, verbos a partir de nomes, adjetivos a partir de verbos, etc., ou dando formas diferentes para palavras da mesma classe que significam coisas diferentes.

Talvez seja agora o momento de reexaminar a idéia de Varrão retomada por Camara Jr.: a derivação não é regular, não é obrigatória, não tem pauta sistemática e não têm nenhum tipo impacto na sintaxe, ao contrário da flexão, que é tudo isso. Vimos no final do capítulo passado, depois de examinar detidamente vários processos tidos como flexionais, que nem sempre os critérios todos eram respeitados e que, em última análise, só o critério sintático poderia realmente caracterizar todos os processos flexionais. Portanto, a flexão não tem todas as características que o Varrão queria que tivesse.

Todo o trabalho que desenvolvemos neste capítulo mostrou que, ainda que a derivação não tenha paradigmas fixos de formas como a flexão, com formas absolutamente previsíveis na maior parte do tempo, a derivação é um fenômeno que se pauta por regras bastante rígidas, e que podem ser também extremamente regulares. E ainda que a derivação não possa desencadear concordância na sentença, ativar um processo derivacional é também uma forma de participar da sintaxe de uma oração, posto que a mudança de classe da palavra é uma das motivações maiores da derivação.

4 Bibliografia

4.1 Leituras recomendadas

Basílio, M. (1987) *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.

____ (2004) *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

____ et alli (1993) "Derivação. Composição e flexão no português falado: condições de produção". In: M. Basílio (org.) *Gramática do português falado*. vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp.

Camara Jr. J. M. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.

____ (1977) *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes. 23a. ed.

Cunha, C. & L. Cintra (2001) *Nova Gramática do Português Contemporâneo* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Mioto, C. & Figueiredo Silva, M.C. (2006) "Considerações sobre a prefixação". Ms. UFSC.

Rocha, L. C. (1999) *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Spencer, A. (1993) "O domínio da morfologia". In: Spencer, A. *Morphological Theory*. Oxford: Blackwell. Tradução de Maria Cristina Figueiredo Silva e de Adelaide Pescatori Silva.

4.2 Bibliografia consultada

Basílio, M. (1980) *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.

Beard, R. (1998) "Derivation". In: Spencer, A. & A. Zwicky (ed.) *The Handbook of Morphology*. Oxford: Blackwell, p. 44-65.

Bisetto, A. (1995) *Tra Derivazione e Composizione: su alcune formazioni complesse in italiano*. Tese de doutoramento, Universidade de Pádova, Itália.

Collins-Ahlgren, M. (1990) "Word Formation Processes in New Zealand Sign Language". In: S.D. Fischer & P. Siple (eds.) *Theoretical Issues in Sign Language Research*. Vol. 1. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 279-315.

- Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2004) Instituto Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda.
- Fabb, N. (1998) "Compounding". In: Spencer, A. & A. Zwicky (ed.) *The Handbook of Morphology*. Oxford: Blackwell, p. 66-83.
- Katamba, F. (1993) *Morphology*. Palgrave Modern Linguistics. London: Palgrave Macmillan Ed.
- Kyle, J.G. & B. Woll (1985) *Sign Language. The Study of Deaf People and Their Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Liddell, S. (2003) *Grammar, Gesture and Meaning in ASL*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Quadros, R. & Karnopp, L. (2004) *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Spencer, A. (1993) *Morphological Theory*. Oxford: Blackwell.
- Valli, C. & C. Lucas (2000) *Linguistics of American Sign Language: An Introduction*. Washington D.C.: Clerc Books-Gallaudet University Press, 3a. ed.

AGRADECIMENTOS

A Evani Viotti pela disponibilização de material e a Ana Aparecida, da comunidade surda, e sua filha, Fabiana, ouvinte, por partilharem comigo sua língua, LIBRAS.